

EM DEFESA DOS TRABALHADORES, DO POVO E DO PAÍS

POR UMA EUROPA DE COOPERAÇÃO,
PROGRESSO SOCIAL E PAZ

**BALANÇO DA INTERVENÇÃO DOS DEPUTADOS
DO PCP NO PARLAMENTO EUROPEU**

LEGISLATURA 2014 - 2019



Esquerda Unitária Europeia/Esquerda Verde Nórdica
PARLAMENTO EUROPEU

Deputados do Partido Comunista Português
ao Parlamento Europeu

OS DEPUTADOS DO PCP NO PARLAMENTO EUROPEU



JOÃO FERREIRA

Vice-presidente da Delegação Assembleia Parlamentar Paritária ACP-UE

Membro coordenador para o GUE/NGL da Comissão das Pescas

Membro suplente da Comissão da Indústria, da Investigação e da Energia

e-mail:
joao.ferreira@europarl.europa.eu



INÊS ZUBER

Vice presidente da Comissão dos Direitos da Mulher e da Igualdade dos Géneros

Membro efectivo e coordenadora para o GUE/NGL da Comissão do Emprego e dos Assuntos Sociais

Membro da Delegação para as relações com a República Federativa do Brasil
Membro da Delegação à Assembleia Parlamentar Euro Latino Americana

Membro suplente da Comissão do Mercado Interno e da Protecção dos Consumidores

Membro suplente da Delegação para as relações com o Mercosul

email:
ines.zuber@europarl.europa.eu

EXERCEU MANDATO ATÉ 31/01/2016



MIGUEL VIEGAS

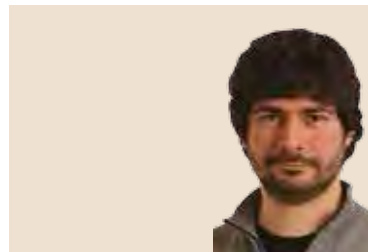
Membro efectivo da Comissão dos Assuntos Económicos

Membro da Delegação à Assembleia Parlamentar da União para o Mediterrâneo

Membro suplente da Comissão da Agricultura e do Desenvolvimento Rural

Membro suplente da delegação para as relações com os países do Marroquexe

e-mail:
miguel.viegas@europarl.europa.eu



JOÃO PIMENTA LOPES

Vice-presidente da Comissão dos Direitos da Mulher e da Igualdade dos Géneros

Membro e co-coordenador para o GUE/NGL da Comissão do Emprego e dos Assuntos Sociais

Membro da Delegação para as relações com a República Federativa do Brasil

Vice-presidente da Delegação à Assembleia Parlamentar Euro-Latino-América

Membro suplente da Comissão dos Transportes e do Turismo

Membro suplente da Delegação para as relações com o Mercosul

e-mail:
joao.pimentalopes@europarl.europa.eu

EXERCE MANDATO A PARTIR DE 1/02/2016

ÍNDICE

INTRODUÇÃO

TRABALHO. HONESTIDADE. COMPETÊNCIA.

UMA INTENSA ACTIVIDADE EM PORTUGAL

– PROFUNDAMENTE LIGADA À REALIDADE NACIONAL E AOS PROBLEMAS DO POVO E DO PAÍS

UMA INCANSÁVEL INTERVENÇÃO NA DEFESA DO EMPREGO COM DIREITOS E DA VALORIZAÇÃO DE SALÁRIOS E RENDIMENTOS! PELO PROGRESSO E A JUSTIÇA SOCIAL!

DEFESA DOS DIREITOS DOS TRABALHADORES, COMBATE CONTRA AS DESIGUALDADES E A POBREZA

DIREITO À SAÚDE, À EDUCAÇÃO E À SEGURANÇA SOCIAL PÚBLICAS!
DEFENDER AS FUNÇÕES SOCIAIS DO ESTADO!

PELOS DIREITOS DAS MULHERES – IGUALDADE NA LEI E NA VIDA

DEFENDER O DIREITO SOBERANO AO DESENVOLVIMENTO! PROMOVER E VALORIZAR A PRODUÇÃO NACIONAL E RECUPERAR PARA O CONTROLO PÚBLICO OS SECTORES E EMPRESAS ESTRATÉGICAS! GARANTIR A SEGURANÇA E SOBERANIA ALIMENTAR, DESENVOLVER OS SECTORES PRODUTIVOS

GARANTIR A SOBERANIA ALIMENTAR DO PAÍS.
UMA PRODUÇÃO AGRÍCOLA MODERNA, SUSTENTÁVEL E DIVERSIFICADA

UMA PESCA SUSTENTÁVEL, UMA GESTÃO DE RECURSOS NACIONAL

UMA ESTRATÉGIA INDUSTRIAL E EXTRACTIVA QUE SIRVA OS INTERESSES DO PAÍS

VALORIZAR A INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA PARA O PROGRESSO E O DESENVOLVIMENTO

UMA POLÍTICA PÚBLICA DE TRANSPORTES AO SERVIÇO DO DESENVOLVIMENTO DO PAÍS E PARA A COESÃO TERRITORIAL

UM COMÉRCIO INTERNACIONAL SUSTENTADO EM RELAÇÕES MUTUAMENTE VANTAJOSAS

DEFENDER O AMBIENTE E OS RECURSOS NATURAIS! SALVAGUARDAR OS INTERESSES NACIONAIS!

DEFENDER A SOBERANIA ECONÓMICA E MONETÁRIA! APOSTAR NO DESENVOLVIMENTO! FAZER AVANÇAR O PAÍS! LIBERTAR PORTUGAL DOS CONSTRANGIMENTOS E IMPOSIÇÕES DO EURO E DA UNIÃO EUROPEIA

ORÇAMENTO DA UNIÃO EUROPEIA: RECLAMAR PARA O PAÍS OS RECURSOS E MEIOS
REFORÇAR OS FUNDOS PARA A «COESÃO ECONÓMICA E SOCIAL»

DEFENDER A SOBERANIA E DEMOCRACIA! LUTAR POR UMA OUTRA EUROPA DE COOPERAÇÃO ENTRE ESTADOS SOBERANOS E IGUAIS EM DIREITOS!

VALORIZAR A PRODUÇÃO ARTÍSTICA E O ACESSO À CULTURA! PROMOVER A CULTURA E A LÍNGUA PORTUGUESAS!

AFIRMAR A PAZ, A AMIZADE E A SOLIDARIEDADE COM TODOS OS POVOS DO MUNDO

PELA PAZ E O DESARMAMENTO! CONTRA A GUERRA E O MILITARISMO!

REFUGIADOS E MIGRANTES – RESPEITAR OS DIREITOS HUMANOS!

DEFENDER DIREITOS E A SOBERANIA NACIONAL – REJEITAR A “EUROPA FORTALEZA”!

COMBATER A EXTREMA-DIREITA E AS POLÍTICAS QUE A ALIMENTAM!

DEFENDER A PAZ E A SOBERANIA! REFORÇAR A SOLIDARIEDADE INTERNACIONALISTA!

DEBATER, TROCAR EXPERIÊNCIAS E DEFINIR PROPOSTAS OS SEMINÁRIOS E AUDIÇÕES REALIZADOS PELOS DEPUTADOS DO PCP NO PE

SEMINÁRIOS REALIZADOS EM PORTUGAL

AUDIÇÕES REALIZADAS EM PORTUGAL

SEMINÁRIOS E CONFERÊNCIAS REALIZADAS NO PARLAMENTO EUROPEU

A CONVITE DOS DEPUTADOS DO PCP – MAIS DE 1500 VISITANTES DESLOCARAM-SE AO PARLAMENTO EUROPEU

ESTE É UM PRESTAR DE CONTAS COERENTE COM OS COMPROMISSOS ASSUMIDOS COM OS TRABALHADORES E O POVO, INSERIDO NA LUTA POR UM PORTUGAL COM FUTURO E POR UMA EUROPA DE EFECTIVA COOPERAÇÃO, PROGRESSO SOCIAL E PAZ.



INTRODUÇÃO

TRABALHO. HONESTIDADE. COMPETÊNCIA.

O PRESENTE BALANÇO-SÍNTESE constitui uma oportunidade e um instrumento para prestar contas ao povo português, ainda que de forma resumida, daquela que foi a actividade dos deputados do PCP no Parlamento Europeu ao longo da legislatura 2014-2019. Um trabalho protagonizado, em primeiro lugar, pelos deputados João Ferreira, Miguel Viegas, Inês Zuber e João Pimenta Lopes – que substituiu Inês Zuber, em 1 de Fevereiro de 2016 –, e alicerçado na intervenção de um amplo colectivo.

Uma intervenção confiante e determinada em defesa dos direitos e interesses dos trabalhadores e do País; para assegurar avanços, para combater retrocessos; para romper com o rumo de desigualdade, dependência e abdicação nacional; para enfrentar a submissão ao Euro e as imposições e condicionalismos da União Europeia; para recuperar os instrumentos necessários à resolução dos problemas do povo e do País e ao seu desenvolvimento soberano; para avançar na construção de uma alternativa patriótica e de esquerda.

Uma intervenção que não desperdiçou nenhuma oportunidade para defender os trabalhadores e o povo, para apresentar propostas e soluções para os problemas, para combater e romper com a política de direita e denunciar os seus responsáveis e executores – o PS, PSD e CDS. Uma intervenção norteada pelos eixos centrais da política alternativa pela qual nos batemos: de valorização do trabalho e dos trabalhadores, dos direitos, salários, reformas e pensões; de defesa e promoção da produção nacional e dos sectores produtivos; de garantia do controlo público da banca e do conjunto dos sectores básicos e estratégicos da economia, de apoio às micro, pequenas e médias empresas e ao sector cooperativo; de garantia de uma administração e serviços públicos ao serviço do povo e do País; de justiça fiscal; de defesa do regime democrático e do cumprimento da Constituição da República Portuguesa; de combate à corrupção e de uma justiça acessível a todos; objectivos indissociáveis da afirmação e defesa da soberania nacional; da renegociação da dívida pública; da libertação do País da submissão ao euro e às imposições da União Europeia.

OS DEPUTADOS DO PCP NO PARLAMENTO EUROPEU DESENVOLVERAM UMA INTENSA E MUITO AMPLA ACÇÃO ATRAVÉS DA ELABORAÇÃO DE ALTERAÇÕES, PARECERES, RELATÓRIOS, INTERVENÇÕES EM COMISSÕES PARLAMENTARES E NA SESSÃO PLENÁRIA, PERGUNTAS ÀS DEMAIS INSTITUIÇÕES DA UE, DEBATES E INICIATIVAS – UMA ACÇÃO QUE SE DESTACA DA INTERVENÇÃO DAS DEMAIS FORÇAS POLÍTICAS.

Este é um prestar de contas coerente com os compromissos assumidos com os trabalhadores e o povo, inserido na luta por um Portugal com futuro e por uma Europa de efectiva cooperação, progresso social e paz.

Um prestar de contas da resposta política dada aos novos desafios que surgiram e aos problemas que se mantiveram ou agravaram – a crise económica e social; a estagnação económica; as assimetrias de desenvolvimento; os insustentáveis níveis da pobreza e de desigualdade; a intensificação da exploração, o desemprego e o aumento da precariedade; a crise humanitária dos refugiados; a saída do Reino Unido da União Europeia (UE); a propagação da ideologia reacçãoária; o aprofundamento dos três pilares da UE, o neoliberalismo, o federalismo e o militarismo; o aprofundamento da União Económica e Monetária, do Euro e seus mecanismos de ingerência, chantagem e sanções a países, como Portugal; a crescente tendência para a criação de formas de domínio supranacional, em função dos interesses das grandes potências da UE, nas mais diversas áreas e sectores; a escalada securitária e militarista contra a soberania e a paz.

Os deputados do PCP no Parlamento Europeu desenvolveram uma intensa e muito ampla acção através da elaboração de alterações, pareceres, relatórios, intervenções em comissões parlamentares e na sessão plenária, perguntas às demais instituições da UE, debates e iniciativas – uma acção que se destaca da intervenção das demais forças políticas.

Uma acção empenhada e diversificada, profundamente ligada à realidade nacional, aos interesses e aspirações dos trabalhadores e do povo português, alicerçada nas centenas de acções em todas as regiões do País, sob a forma de visitas, reuniões, contactos com os trabalhadores e as populações, empresas, cooperativas, escolas, universidades, associações, colectividades, entre outros, cobrindo as mais variadas áreas da vida económica, social e cultural do País.

Uma intervenção realizada também em cooperação com outros partidos comunistas, progressistas e de esquerda da Europa, no Grupo Confederal da Esquerda Unitária Europeia/Esquerda Verde Nórdica (GUE/NGL) do Parlamento Europeu.

Este balanço-síntese não esgota, nem detalha, todo o trabalho realizado pelos deputados do PCP no Parlamento Europeu. Contudo, constitui uma demonstração do cumprimento dos compromissos assumidos, interligando a intervenção institucional com a luta dos trabalhadores e das populações, respondendo aos anseios e interesses do povo português.

A intervenção dos deputados do PCP no Parlamento Europeu afirmou uma alternativa política de desenvolvimento económico, de progresso e justiça social, de afirmação da soberania e independência nacionais, assente nos valores de Abril e no cumprimento da Constituição da República Portuguesa; considerando que este é o melhor contributo que o povo português pode dar para a conquista de uma Europa de efectiva cooperação entre Estados soberanos e iguais em direitos, de progresso social e de paz, de amizade e solidariedade – de uma Europa dos trabalhadores e dos povos.



UMA INTENSA ACTIVIDADE EM PORTUGAL

PROFUNDAMENTE LIGADA À REALIDADE NACIONAL
E AOS PROBLEMAS DO POVO E DO PAÍS

O COMPROMISSO ASSUMIDO PELOS DEPUTADOS DO PCP NO PE ASSENTOU NUMA INTERVENÇÃO PROFUNDAMENTE ALICERÇADA E ENTROSADA COM A REALIDADE NACIONAL, COM OS PROBLEMAS, AS NECESSIDADES, OS INTERESSES E OS ANSEIOS DO POVO PORTUGUÊS. UM CONHECIMENTO DA REALIDADE APENAS POSSÍVEL ATRAVÉS DO CONTACTO REGULAR E DIRECTO COM OS TRABALHADORES, AS POPULAÇÕES, COM DIVERSIFICADAS ÁREAS E SECTORES DE ACTIVIDADE.

DE NORTE A SUL, dos Açores à Madeira, os deputados do PCP no PE percorreram todos os distritos do País, dinamizando um conjunto muito significativo de visitas a localidades; reuniões e contactos com as populações; reuniões com associações e colectividades; visitas a escolas e universidades; visitas a empresas e unidades de produção; contactos com trabalhadores e suas organizações, nomeadamente sindicais; reuniões com autoridades regionais e locais; entre outras.

Os deputados do PCP no PE dinamizaram ou participaram em diversificadas audições, seminários e conferências, intervindo sobre uma ampla variedade de matérias, em estreita ligação com a sua intervenção no PE.

Ao longo do mandato, esta intensa actividade traduziu-se em centenas de acções de contacto, visitas, distribuições, reuniões, debates, tribunas públicas, solidariedade com as lutas dos trabalhadores e das populações.

Uma intensa actividade de permanente contacto que percorreu domínios diversos, permitindo aprofundar e consolidar o conhecimento da realidade do País e de que são exemplo:

- › O acompanhamento das trágicas consequências dos **incêndios**, com visitas aos locais e reuniões com as populações afectadas, autoridades, corporações de bombeiros, autarquias;
- › O contacto com a generalidade dos **sectores produtivos**, agrícolas, piscatórios ou industriais, em diversos distritos e concelhos;
- › A situação da **agricultura**, com um amplo conjunto de visitas, reuniões e iniciativas nos sectores vitivinícola, agricultura biológica, apicultura, produção leiteira, agropecuária, baldios, floresta, produção de azeite, produção de arroz;
- › A situação do sector das **pescas**, nos diversos portos e regiões, com contactos diversificados com organizações de produtores, sindicatos e pescadores, dando resposta a problemas específicos do sector;
- › A visita a diversas empresas e unidades de produção da **indústria extractiva, transformadora, têxtil, cerâmica, automóvel**, entre outras;
- › O contacto com empresas e trabalhadores do **comércio, turismo, restauração**, a par dos sectores ligados à promoção e valorização da gastronomia regional;
- › As **questões laborais** no País com reuniões com sindicatos e outras organizações dos trabalhadores de múltiplos sectores, apreendendo a realidade dos trabalhadores nas diversas regiões;
- › O contacto directo com **trabalhadores** de um muito significativo número de empresas; a expressão de solidariedade com as suas acções de luta, denunciando a situação de exploração dos trabalhadores ou acompanhando piquetes de greve: ALMINA, SOMINCOR, Rovisco Pais, Pingo Doce, Escola Marquesa de Alorna, FICOCABLES, TRIUMPH;
- › A situação do **sector ferroviário** e das suas infraestruturas e rede, com múltiplas visitas com contactos com os utentes e suas organizações, e reuniões com os trabalhadores e as empresas do sector;
- › A situação no **sector aéreo**, no que se refere às infraestruturas aeroportuárias nacionais e regionais, mas também à empresa de bandeira TAP ou aos serviços de assistência em escala;



- A situação no **sector naval e portos nacionais**, reunindo com os trabalhadores e as administrações dos portos e com as empresas a operar na construção naval;
- A situação no **sector de transportes rodoviários**, com a realização de uma audição com motoristas de pesados de passageiros e de mercadorias;
- As questões da **mobilidade rodoviária**, contactando com as populações e fazendo eco das suas reivindicações, contactando com os trabalhadores dos transportes públicos, reunindo com o sector do Táxi;
- A defesa dos **serviços públicos**, com inúmeras visitas, contactos com as populações e realização de tribunas públicas, nomeadamente intervindo sobre o processo de privatização dos CTT e consequente encerramento de postos;
- A situação no **sector da saúde**, com várias visitas a hospitais e centros de saúde e contactos com as comissões de utentes e os trabalhadores do sector, aferindo os problemas existentes nas diversas regiões;
- A condição de **reformados e pensionistas** e os problemas com que se confrontam, com reuniões e contactos com diversas associações representativas;
- A visita e reunião a serviços da **Segurança Social** e seus trabalhadores;
- A situação no **sistema educativo** com visitas e reuniões com agrupamentos escolares, com inúmeras sessões com estudantes do ensino básico e secundário;
- A situação do **ensino superior** e da investigação, com visitas e reuniões em universidades, politécnicos, centros de investigação, investigadores e bolseiros;
- A situação do **sistema prisional** português;
- A situação dos municípios, realizando visitas e contactos com as **populações**, com inúmeras reuniões com câmaras municipais e juntas de freguesia;
- O contacto com associações e populações abordando as questões da **habitação**;
- A realização ou participação em sessões públicas, conferências, debates em diversas localidades em torno da diversidade de temas sobre os quais os deputados do PCP têm desenvolvido a sua actividade.

UMA INTENSA ACTIVIDADE EM PORTUGAL – COM UMA SIGNIFICATIVA PROJEÇÃO NO PARLAMENTO EUROPEU

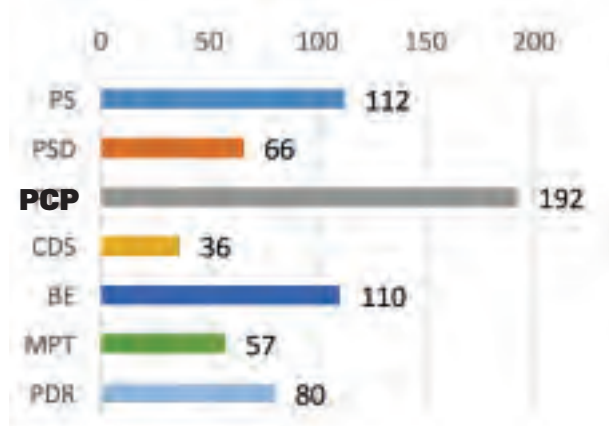
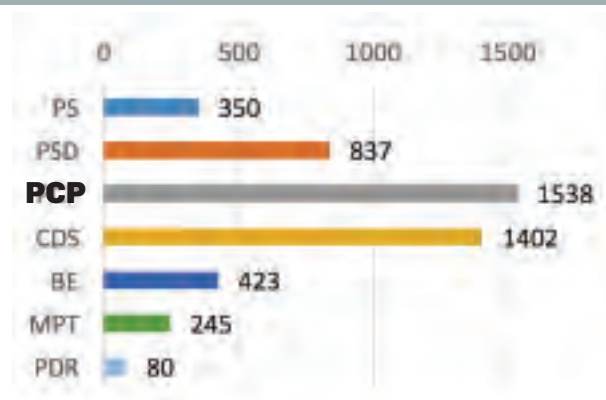
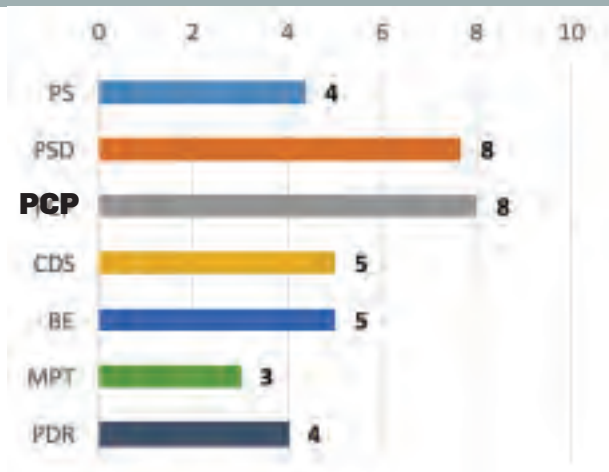
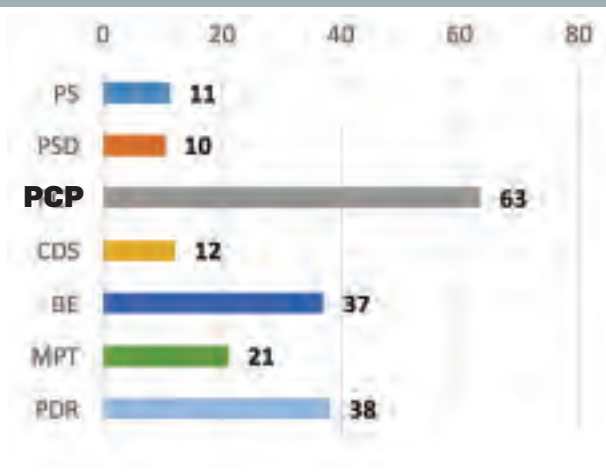
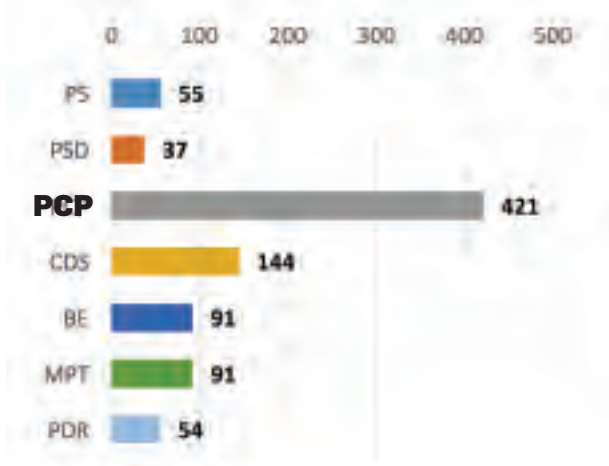
Os deputados do PCP no Parlamento Europeu são portadores de uma muito significativa intervenção parlamentar:

- Realizaram **576 intervenções** em sessão plenária;
- Submeteram **4039 declarações de voto**;
- Foram relatores de **15 relatórios** e de **9 pareceres**;
- Foram relatores-sombra de **86 relatórios** e **104 pareceres**;
- Produziram **1262 perguntas** às instituições da UE.

**Balanço quantitativo da intervenção dos deputados portugueses no Parlamento Europeu
Mandato 2014 2019**

	Número de Deputados	Intervenções em Plenário*	Declarações de voto*	Relator em Relatórios**	Relator-sombra Relatório**	Relator Pareceres**	Relator-sombra Opiniões**	Perguntas Orais e Escritas*
PS	8	897	1900	20	53	15	36	439
PSD	6	394	4629	29	31	17	31	219
PCP	3	576	4039	15	86	9	104	1262
CDS	1	36	1366	3	5	2	7	144
BE	1	110	313	1	25	4	12	91
MPT	1	57	188	2	6	1	15	91
PDR	1	80	0	2	24	2	14	54

*até Dezembro de 2018 **até Janeiro de 2019

MÉDIA DE INTERVENÇÕES EM PLENÁRIO
POR DEPUTADOMÉDIA DE INTERVENÇÕES EM PLENÁRIO
E DECLARAÇÕES DE VOTO POR DEPUTADOMÉDIA DE RELATÓRIOS E PARECERES
POR DEPUTADOMÉDIA DE RELATÓRIOS SOMBRA
E DE PARECERES SOMBRA POR DEPUTADOMÉDIA DE PERGUNTAS
POR DEPUTADO

UMA INCANSÁVEL INTERVENÇÃO NA DEFESA DO EMPREGO COM DIREITOS E DA VALORIZAÇÃO DE SALÁRIOS E RENDIMENTOS! PELO PROGRESSO E A JUSTIÇA SOCIAL!

DEFESA DOS DIREITOS DOS TRABALHADORES, COMBATE CONTRA AS DESIGUALDADES E A POBREZA

486

O número de visitas, reuniões, iniciativas em Portugal e de perguntas às instituições da UE no âmbito do emprego e assuntos sociais, protagonizadas pelos deputados do PCP no PE, garante de uma forte ligação aos problemas reais do País, através de contactos directos com os trabalhadores e a expressão de solidariedade com os seus processos de luta.

OS DEPUTADOS DO PCP no PE denunciaram as consequências das medidas neoliberais e de «austeridade» que foram e têm sido impostas por via da intervenção da *troika*, dos Planos Nacionais de Reforma, da Governação Económica, do Semestre Europeu e das Recomendações Específicas por País, definidas e decididas pela UE, que estiveram na origem e agravaram a crise económica e social em diversos países, como em Portugal, e conduziram ao aumento do desemprego, do trabalho precário, da pobreza e da emigração.

Os deputados do PCP no PE opuseram-se frontalmente a todas as tentativas de maquilhagem social das políticas neoliberais do processo de integração capitalista europeu, nomeadamente pela inserção de indicadores sociais no processo do Semestre Europeu ou do logro que é o "Pilar Europeu dos Direitos Sociais". O "Pilar Social" é hoje o vértice de hipócritas e aparentes preocupações de equidade social, que visa o nivelamento por baixo de direitos sociais à escala da UE, impondo uma pressão em países que, como Portugal, têm uma Constituição e um quadro legal de direitos sociais, incluindo laborais, mais avançado.



EM DEFESA DOS DIREITOS DOS TRABALHADORES!

Os deputados do PCP no PE centraram a sua intervenção e propostas:

- › na defesa do direito ao trabalho com direitos;
- › na defesa da negociação e contratação colectivas;
- › na defesa da valorização salarial e da regulação e redução do horário de trabalho;
- › no combate a todas as formas de trabalho precário e na exigência da limitação do recurso ao trabalho temporário e a tempo parcial;
- › na defesa do reforço da protecção social, nomeadamente no desemprego;
- › na defesa da universalidade e gratuidade dos serviços públicos;
- › na defesa do papel dos sindicatos na definição de políticas;
- › no combate à pobreza e exclusão social.

OS DEPUTADOS DO PCP no PE intervieram contra o trabalho precário e os vínculos laborais não permanentes para o desempenho de tarefas que correspondem a necessidades permanentes; contra as formas de trabalho não declarado e ilegal, o tráfico de mão-de-obra e as práticas de utilização de mão-de-obra sem a existência de uma relação laboral; contra as formas abusivas de trabalho temporário e o recurso à contratação a tempo parcial quando esta não é opção do trabalhador; pela defesa e promoção do exercício dos direitos individuais e coletivos dos trabalhadores.

A PRECARIEDADE GENERALIZA-SE!

Na UE, a percentagem de trabalhadores com vínculos temporários situou-se em 14,4% no terceiro trimestre de 2018. Na zona Euro em 16,6%. Em Portugal em 22,3%.



OS DEPUTADOS DO PCP no PE dirigiram perguntas às instituições da UE denunciando situações de desregulamentação e precariedade laboral, violação de direitos colectivos e de degradação das condições de saúde, higiene e segurança laborais. Questionaram a disponibilidade da Comissão Europeia para propor iniciativas que visem a proibição das condições de trabalho precárias e os chamados contratos atípicos.

O DESEMPREGO MANTÉM-SE A UM NÍVEL INCOMPORTÁVEL!

A taxa de desemprego na UE, em Dezembro de 2018, estava nos 6.6%. Na zona Euro essa taxa era de 7,1%. Apresentados como os valores mais baixos desde 2000 são ainda números incomportáveis, especialmente se analisarmos a realidade de outros países afectados pelas políticas de «austeridade»: Espanha com 14,3; Itália com 10,3 e Grécia com 18,5% (Novembro de 2018).

Em Portugal a taxa de desemprego oficial situou-se em 2018 em 6,7%, um valor que é quase duplicado quando se determina o desemprego real, cerca de 13,7%.

DEFENDER O TRABALHO E OS TRABALHADORES!

Os deputados do PCP no PE entregaram dezenas de perguntas denunciando situações de encerramentos de empresas que muitas vezes receberam apoios públicos por via de fundos da UE para a sua implantação ou crescimento. Questionaram as instituições da UE sobre os apoios a disponibilizar aos trabalhadores sujeitos a despedimentos em empresas como: MOVIFLOR, BES, PORTWAY, NOVO BANCO, COFACO, PSA de Mangualde, KEMET, Base das Lajes, Efacec, TRIUMPH, ACCIONA, RICON, entre outras.

DEFENDERAM uma mais estreita cooperação entre as autoridades do trabalho dos diversos Estados-membros, garantindo que a mobilidade dos trabalhadores não afecta os seus direitos. **Opuseram-se à criação de uma Autoridade Europeia do Trabalho** que aponte à harmonização dos critérios de avaliação de práticas abusivas (desprotegendo os trabalhadores com mais garantias) e **ao esvaziamento dos recursos das autoridades nacionais** com a consequente limitação da sua capacidade de responder a irregularidades.

Defenderam a promoção de um **Rendimento Mínimo** enquanto instrumento transitório que garanta a resposta a situações de urgência social, garantindo um apoio acima do limiar da pobreza e que vise uma efectiva inclusão social, agindo sobre os factores de exclusão dos indivíduos e das famílias, contribuindo para a integração através do trabalho com direitos, consolidando respostas que garantam a autonomia dos indivíduos. Rejeitaram propostas que, subvertendo estes princípios, pretendiam criar um exército de mão-de-obra disponível para aceitar trabalhar sem direitos.

RISCO DE POBREZA NA UE ATINGE QUASE UM QUARTO DA POPULAÇÃO!

Em 2017, 22,4% da população dos países na UE estava em risco de pobreza ou de exclusão social. Em Portugal esse valor era de 23,3%.



EM DEFESA DOS DIREITOS DOS TRABALHADORES!

No âmbito da revisão da Directiva de Destacamento de Trabalhadores, os deputados do PCP no PE:

- › Defenderam a redução do período considerado de destacamento para 3 meses (viria a ficar em 12 meses a que se podem somar outros 6);
- › Afirmaram a defesa do princípio de salário igual para trabalho igual;
- › Defenderam o ajuste dos direitos laborais no vínculo em destacamento às condições mais favoráveis do país de acolhimento.

OS DEPUTADOS DO PCP ao PE intervieram no sentido de garantir que o *Fundo Social Europeu Mais* tivesse os recursos financeiros e a assistência técnica para dar resposta aos inúmeros problemas sociais existentes, garantindo o acesso a serviços públicos gratuitos e de qualidade para as populações e a promoção do emprego com direitos. Defenderam que este fundo estivesse alinhado com os planos estratégicos de desenvolvimento dos Estados-membros e não com as orientações macroeconómicas da UE.

COMBATER A POBREZA INFANTIL!

Os deputados do PCP no PE foram relatores do **Relatório sobre a redução das desigualdades com especial atenção à pobreza infantil**.

Este relatório caracteriza as principais causas do aumento da pobreza infantil, nomeadamente as medidas de «austeridade». Encara a pobreza infantil como um fenómeno multidimensional, exigindo uma multiplicidade de intervenções para a erradicar. Em países como Portugal tem uma expressão preocupante, situando-se em 22,7%, em 2017, para crianças com menos de 16 anos. Avança soluções a serem implementadas pelos Estados-membros para combater e erradicar a pobreza infantil. Responsabiliza os Estados na resposta devida, sinalizando a necessidade de **políticas que promovam um acesso universal, gratuito e de qualidade a serviços públicos de educação, saúde e segurança social**, assegurando, ao mesmo tempo, a inclusão cultural, a participação cívica, uma nutrição equilibrada e habitação que garanta condições de salubridade e conforto. Políticas que, centradas na inclusão infantil, não poderão deixar de considerar o contexto familiar como um todo, devendo incidir no combate ao desemprego, na promoção da estabilidade laboral, no apoio à parentalidade ou no aprofundamento de redes educativas acessíveis.

OS DEPUTADOS DO PCP no PE apresentaram diversas perguntas escritas às instituições da UE sobre o aumento da **pobreza** e da **exclusão social em Portugal**, denunciando as causas e visando soluções de financiamento para o **reforço dos serviços públicos, de apoio a instituições de solidariedade social** ou da **promoção de respostas específicas**, nomeadamente a pessoas com deficiência, imigrantes ou idosos.

Os deputados do PCP no PE intervieram na defesa do emprego jovem com direitos. Propuseram o **aumento da taxa de pré-financiamento da Iniciativa Europeia de Juventude (IEJ)**, cujos montantes continuam a ser insuficientes face às necessidades reais dos Estados-membros com maior taxa de desemprego jovem. Denunciaram a falta de financiamento disponível na fase inicial do período de programação e os atrasos significativos na implementação da IEJ. Denunciaram a utilização do seu orçamento – já insuficiente – para a criação do chamado Corpo Europeu de Solidariedade, que constituirá mais um instrumento de maquilhagem da UE e de promoção de mobilidade precária para os jovens.

JOVENS – NÃO AO DESEMPREGO E À PRECARIEDADE!

O desemprego jovem (menores de 25 anos) na zona UE28 situou-se, em 2018, nos 15,3%. Em Portugal atingiu os 20,2%. Em Espanha esse valor era superior a 30% e na Grécia superior a 40%.

Os deputados do PCP no PE pugnaram pela promoção do Emprego Jovem! Defenderam o aumento dos valores atribuídos aos programas que visam responder ao desemprego jovem, perfazendo pelo menos as recomendações da Organização Internacional do Trabalho, num total de 21 mil milhões de euros – proposta rejeitada pela maioria no PE.



DIREITO À SAÚDE, À EDUCAÇÃO E À SEGURANÇA SOCIAL PÚBLICAS! DEFENDER AS FUNÇÕES SOCIAIS DO ESTADO!

OS DEPUTADOS DO PCP no PE têm assumido um papel ímpar na **defesa dos serviços públicos das funções sociais do Estado**, denunciando o descalabro das parcerias público-privado (PPP), instrumentos inseridos na política de ataque, destruição e privatização dos sectores e serviços públicos, diminuindo a quantidade, a qualidade, a garantia do acesso das populações aos serviços e a coesão territorial. Elementos centrais e transversais desta intervenção foram a valorização das políticas públicas nas suas diversas vertentes, garantindo a gratuitidade e a universalidade dos serviços públicos, seja na educação, seja na saúde, na segurança social, no acesso à justiça. Mas também em sectores estratégicos como os transportes, a energia, as comunicações, o serviço postal, o fornecimento de água e o saneamento.

Denunciaram manobras tendo em vista o prolongamento da idade da reforma, a coberto da retórica do envelhecimento activo, recusando quaisquer medidas para dificultar e atrasar o direito à aposentação. Defenderam firmemente uma **Segurança Social pública, universal e solidária**.

DEFENDER A SEGURANÇA SOCIAL PÚBLICA!

Foram os deputados do PCP no PE que denunciaram em sessão plenária as manobras da Comissão Europeia para **criar um Fundo de Pensões Europeu, cuja gestão se pretenderia entregar à multinacional norte-americana BlackRock**, contribuindo para a privatização dos sistemas públicos dos Estados-membros.

NO ÂMBITO da saúde pública, os deputados do PCP no PE defenderam a **necessidade de um serviço de saúde, público, universal, gratuito e de qualidade em cada país**, que responda às necessidades das suas populações, bem como na prevenção, diagnóstico e terapêuticas, nomeadamente de doenças infecciosas e crónicas. Denunciaram as políticas de privatização e desinvestimento neste sector. Apresentaram propostas na defesa de um efectivo **investimento na investigação, prevenção e nos cuidados de saúde primários**, na importância da informação e sensibilização das populações sobre os efeitos dos antibióticos, a regulamentação dos preços dos medicamentos e a necessidade da **salvaguarda e reforço da soberania e do papel das autoridades nacionais competentes nos Estados-membros na regulação e fiscalização dos medicamentos**. Apresentaram várias alterações à proposta legislativa sobre a **avaliação das tecnologias de saúde** (ATS), propondo o **reforço dos sistemas públicos de saúde e a efectiva salvaguarda da saúde pública**, contrariando a atribuição de mais poder à Comissão Europeia e às grandes multinacionais do sector da saúde. Questionaram a Comissão Europeia sobre as **consequências** das políticas de «austeridade» contra Estados-membros que impuseram **cortes** nos seus **serviços nacionais de saúde** e nas políticas de saúde pública. Propuseram em sede de orçamento da UE vários projectos-piloto para promover a literacia em saúde; para caracterizar a situação nos vários Estados-membros relativamente ao acesso a medicamentos inovadores reduzindo as desigualdades de acesso existentes.

Defenderam o **direito à educação pública, gratuita e de qualidade** como garante de igualdade e superação das barreiras económicas no acesso à educação, com estratégias educativas que promovam a valorização do indivíduo e a sociedade como um todo, definidas no âmbito de cada Estado-membro, em função das suas necessidades e no quadro da sua estratégia de desenvolvimento. Rejeitaram a lógica que condiciona o desenvolvimento e investimento nos sistemas educativos unicamente às necessidades do mercado de trabalho e denunciaram a sua crescente privatização e elitização. Defenderam a necessidade **de investimento na escola pública e nas suas infraestruturas, mas também na formação e valorização dos professores e profissionais educativos**.

JUSTIÇA SOCIAL NA ESCOLA!

Os deputados do PCP apresentaram propostas no âmbito do Orçamento da UE:

- › Aumento significativo das rubricas de **distribuição de fruta e leite nas escolas**, privilegiando produtores locais, com vista a suprir os défices alimentares, contribuindo para o combate à pobreza e fome infantil;
- › Estudo comparativo dos níveis de desenvolvimento e **integração social entre as crianças** que têm acesso ao ensino pré escolar e as crianças que não têm acesso a esses serviços.

PELOS DIREITOS DAS MULHERES IGUALDADE NA LEI E NA VIDA

OS DEPUTADOS DO PCP NO PE TÊM UM LONGO, COERENTE E CONSISTENTE PATRIMÓNIO DE INTERVENÇÃO EM DEFESA DA IGUALDADE ENTRE HOMENS E MULHERES, DOS DIREITOS DE MATERNIDADE, PATERNIDADE E PARENTALIDADE.

AFIRMARAM, no âmbito da discussão da *Directiva relativa à Conciliação entre a vida profissional e a vida familiar dos progenitores e cuidadores*, a necessidade da adopção de medidas que centrem a promoção desse equilíbrio na **redução do número de horas de trabalho** e na **garantia de vínculos laborais seguros**, na **garantia de rendimentos adequados para as licenças**, contribuindo para o **combate à precariedade e às desigualdades sociais**.

Criticaram a Comissão Europeia por prescindir da revisão da *Directiva de Maternidade* e intervieram na **defesa do estabelecimento e alargamento de licenças de maternidade, paternidade e parental**, bem como de políticas que promovam um equilíbrio entre a vida pessoal, familiar e o trabalho **combatendo medidas que visam a flexibilização do mercado de trabalho**.

Relacionaram as **baixas taxas de natalidade** com a degradação das condições de vida e de trabalho, resultado directo das chamadas políticas de «austeridade», dos elevados níveis de desemprego, do cada vez maior recurso a vínculos precários, do desrespeito e violação dos direitos da maternidade e paternidade nos locais de trabalho. **Exigiram a garantia, para a mulher, do direito ao trabalho com direitos e o direito a ser mãe**.



PAIS E CRIANÇAS COM DIREITOS!

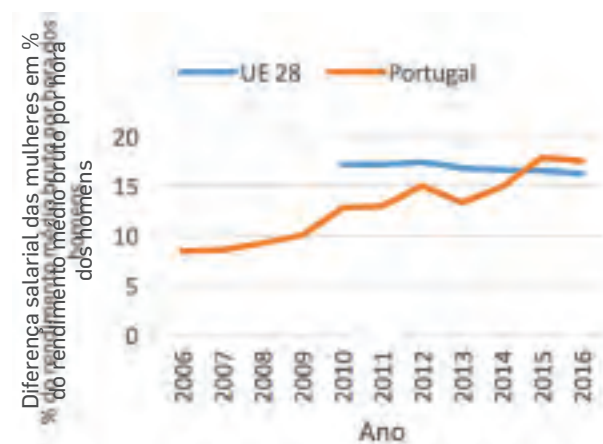
No âmbito da protecção dos direitos de maternidade, paternidade e de parentalidade, os deputados do PCP no PE intervieram com propostas concretas pela:

- › Garantia da protecção laboral dos direitos de maternidade, paternidade e parentalidade;
- › Defesa do aumento do período obrigatório da licença de maternidade, o alargamento dos tempos de licença de paternidade (30 dias obrigatórios e 30 dias facultativos) e de parentalidade (180 dias) e a liberdade de escolha do casal no uso da licença;
- › Pagamento de licenças que correspondam a 100% da remuneração de referência, garantindo que o agregado familiar não perca rendimentos;
- › Defesa da amamentação e aleitamento maternos, integrando a recomendação da Organização Mundial de Saúde de aleitamento materno exclusivo nos primeiros seis meses de vida da criança;
- › Criação de outros tipos de licença parental como uma licença específica de prematuridade com duração do período de internamento hospitalar do nascituro;
- › Assumpção plena das responsabilidades parentais por mulheres e homens;
- › Promoção de uma rede pública de serviços de cuidados na infância (creches e pré escolar).

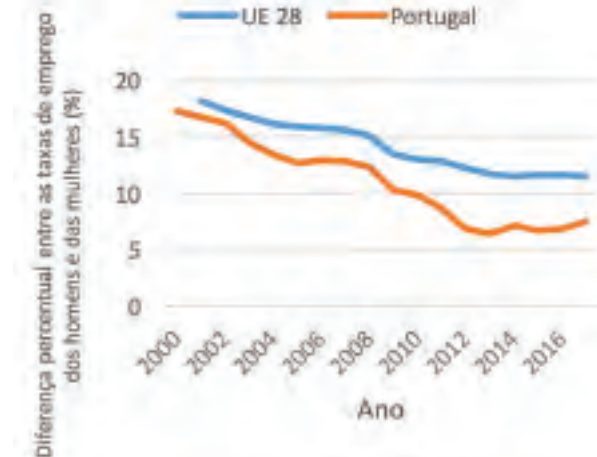
OS DEPUTADOS DO PCP no PE intervieram activamente na **defesa dos direitos da mulher**, denunciando as causas de fundo das desigualdades entre homens e mulheres numa perspectiva de classe, indissociáveis do sistema de exploração capitalista.

Os deputados do PCP no PE marcaram a sua intervenção pela **centralidade do direito ao trabalho com direitos como factor determinante para a elevação da condição sócio-económica das mulheres, do combate às desigualdades entre homens e mulheres e da emancipação da mulher.**

Os deputados do PCP no PE, no âmbito da igualdade entre mulheres e homens no contexto laboral, **denunciaram os impactos tremendos, particularmente para as mulheres, que decorrem da flexibilidade horária, bancos de horas, trabalho aos fins de semana e outros**, e que dificultam ou mesmo impedem a conciliação entre a vida familiar e a vida profissional. **Denunciaram as consequências das políticas da UE no aumento do risco de pobreza e exclusão social**, que afecta particularmente a mulher: a destruição de importantes funções sociais do Estado, a destruição dos sistemas públicos de segurança social, a redução do valor de importantes prestações sociais (abono de família, subsídio de desemprego, subsídio de doença e rendimento de inserção social); as políticas macroeconómicas impostas pela UE. Alertaram para o facto de que os efeitos da **pobreza e exclusão social sobre as crianças poderem prolongar-se por toda a vida e ter continuidade nas gerações futuras.**

DIFERENÇA SALARIAL DAS MULHERES POR COMPARAÇÃO
COM O RENDIMENTO MÉDIO BRUTO DOS HOMENS

Fonte: Eurostat

DESIGUALDADE ENTRE HOMENS E MULHERES
AO NÍVEL DO EMPREGO

Fonte: Eurostat

DEFENDERAM que as desigualdades sociais e as desigualdades entre homens e mulheres só podem ser combatidas com políticas que garantam **uma melhor redistribuição da riqueza, que assentem na valorização real de salários e do cumprimento do princípio de salário igual para trabalho igual** como forma de superar as diferenças salariais entre homens e mulheres (que em Portugal se têm acentuado).

Os deputados do PCP no PE sinalizaram a enorme disparidade nas pensões entre homens e mulheres, identificando as causas e defendendo o **direito das pessoas idosas à segurança económica e a condições de habitação, assim como ao convívio familiar e comunitário**, que respeitem a sua autonomia pessoal e evitem e superem o isolamento ou a marginalização social.

DIGNIDADE E JUSTIÇA PARA OS IDOSOS!

Na valorização dos direitos sociais dos idosos propuseram:

- A redução da idade da reforma e a rejeição de teses que procuram alinhar a idade da reforma com o aumento da esperança média de vida;
- A valorização de pensões e o direito a uma reforma digna;
- Uma rede pública universal e de qualidade de equipamentos de apoio a idosos, designadamente centros de dia, lares residenciais e serviços domiciliários;
- A defesa intransigente da Segurança Social pública, universal e solidária.

DENUNCIARAM que as medidas de «austeridade» fizeram aumentar a vulnerabilidade das mulheres, agravando a sua exploração e conduzindo à pobreza, à marginalização e ao **aumento de fenómenos de exploração como a prostituição e o tráfico de mulheres**, tendo questionado a Comissão Europeia sobre a situação da prostituição na UE, os apoios às organizações que lidam com as mulheres prostituídas e sobre os mecanismos de prevenção e combate ao tráfico de seres humanos.

COMBATER A VIOLÊNCIA E A EXPLORAÇÃO SEXUAL!

Considerar a **prostituição uma grave forma de violência e exploração!** Recomendação aprovada na resolução sobre o retrocesso dos direitos das Mulheres na UE, de que os deputados do PCP no PE foram relatores.

ALERTARAM para a urgência no **combate à violência**, com ênfase no **direito à protecção jurídica**, no acesso aos tribunais para a defesa dos direitos e no apoio aos Estados-membros para que assegurem a **autonomia e independência das mulheres vítimas de violência** e o acesso gratuito ao serviço público de saúde.

Denunciaram as **discriminações a que as mulheres estão sujeitas no acesso a bens e serviços** e seu fornecimento, apresentando propostas com vista a pôr termo a discriminações no acesso a serviços no sector bancário motivadas pela gravidez; ao planeamento da maternidade e à maternidade no que respeita à diferenciação no acesso ao arrendamento e aquisição de habitação, ou na obtenção de empréstimos.

INVESTIR NA SAÚDE SEXUAL E REPRODUTIVA!

No âmbito do Orçamento da UE, os deputados do PCP no PE apresentaram diversos projectos piloto na vertente dos direitos sociais:

- › Estudo sobre o efeito dos fenómenos da pobreza, do desemprego e da precariedade no exercício da paternidade;
- › Medidas de apoio aos Estados-membros que tenham deficiente oferta de serviços públicos e serviços de saúde sexual e reprodutiva nas áreas rurais;
- › Medidas para promover a saúde no local de trabalho, através da implementação de um sistema de detecção precoce para prevenir lesões musculoesqueléticas;
- › Projecto piloto para a promoção da amamentação nos Estados membros;
- › Projecto piloto para o financiamento de acções de sensibilização de pais e profissionais de saúde para a importância da amamentação;
- › Projecto piloto para a criação de casas abrigo para mulheres vítimas de violência doméstica e exploração sexual.

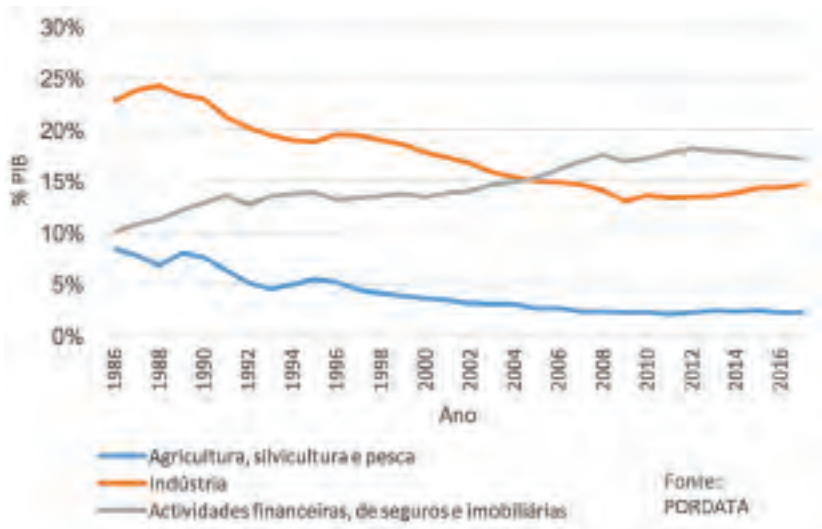
OS DEPUTADOS DO PCP no PE intervieram na **defesa dos direitos das pessoas com deficiência**, identificando e denunciando o ataque aos seus direitos e apoios sociais como resultado das políticas da UE. Apresentaram diversas propostas defendendo a **integração e protecção laboral**, a **defesa de políticas públicas que garantam o combate à discriminação**, a **integração das pessoas com deficiência em todas as esferas da sociedade**, a resposta a necessidades educativas especiais e à garantia do acesso à saúde e direitos sexuais e reprodutivos das mulheres com deficiência.



DEFENDER O DIREITO SOBERANO AO DESENVOLVIMENTO! PROMOVER E VALORIZAR A PRODUÇÃO NACIONAL E RECUPERAR PARA O CONTROLO PÚBLICO OS SECTORES E EMPRESAS ESTRATÉGICAS!

GARANTIR A SEGURANÇA E SOBERANIA ALIMENTAR,
DESENVOLVER OS SECTORES PRODUTIVOS

PESO DOS SECTORES PRODUTIVOS NO PIB PORTUGUÊS



GARANTIR A SOBERANIA ALIMENTAR DO PAÍS. UMA PRODUÇÃO AGRÍCOLA MODERNA, SUSTENTÁVEL E DIVERSIFICADA

POLÍTICA AGRÍCOLA COMUM DA UE O BALANÇO GLOBALMENTE CONSIDERADO É NEGATIVO PARA PORTUGAL

- › O sector agrícola perdeu 550 mil trabalhadores;
- › Foram eliminadas 400 mil explorações agrícolas;
- › Foram desmantelados sistemas públicos de equilíbrio do mercado e dos preços.

Portugal e a UE, nº 69, Junho 2016

OS DEPUTADOS DO PCP no PE têm tido uma coerente e firme intervenção sobre as questões da Agricultura. Um património de intervenção construído em permanente ligação com os agricultores e as suas organizações, e pautado pela denúncia dos graves prejuízos para Portugal da Política Agrícola Comum (PAC) e o aprofundamento do seu caminho de desregulação e liberalização dos mercados. Uma política comum que ignora as especificidades de cada país e região, com graves impactos em sectores como o leite, a produção de carne suína ou a vinha, entre outros.

FIM À INJUSTIÇA NA DISTRIBUIÇÃO DAS AJUDAS DIRECTAS AOS AGRICULTORES!

As verbas do orçamento da UE que entram no País para ajudas directas aos agricultores têm uma **distribuição muito injusta e desigual**, já que **13% dos que deles beneficiam, recebem 80% do total dessas verbas**.

NO CONTEXTO DA PAC ou da sua revisão em curso, os deputados do PCP no PE têm apresentado inúmeras propostas para uma profunda modificação dos regulamentos, visando pôr termo às actuais desigualdades na distribuição dos pagamentos entre países, produções e produtores. As propostas avançadas representam reais possibilidades de inverter o rumo que a agricultura em Portugal tomou nas últimas décadas, recuperando o potencial produtivo necessário ao combate aos crónicos e persistentes défices agro-alimentares do País.

Os deputados do PCP no PE denunciaram as propostas da Comissão Europeia, marcadas pelos princípios de liberalização do mercado, que prejudicaram particularmente as pequenas e médias explorações. Defenderam o princípio da solidariedade na PAC e o direito à soberania e segurança alimentares dos povos.

DEFENDER A AGRICULTURA E O MUNDO RURAL!

Na discussão em curso sobre importantes dossiers para a PAC, os deputados do PCP no PE defenderam:

- › A rejeição da renacionalização dos custos da PAC no seu novo figurino e nos Planos Estratégicos;
- › A reintrodução dos instrumentos de regulação pública da produção;
- › Aumento do orçamento da PAC e do POSEI e reposição das taxas de co-financiamento nacional ao nível do actual quadro;
- › A convergência dos pagamentos directos entre Estados-membros;
- › A modulação das ajudas directas e criação de um plafonamento efectivo;
- › A manutenção dos direitos de plantio;
- › Critérios mais adequados ao reconhecimento das organizações de produtores;
- › Eliminação dos critérios de desempenho e da possibilidade de suspensão dos pagamentos.

COMO FORMA de assegurar uma protecção efectiva aos pequenos e médios agricultores, os deputados do PCP no PE defenderam a **soberania e segurança alimentares dos Estados-membros**, nomeadamente de Portugal, que permita o crescimento sustentado da produção agroalimentar nos sectores mais deficitários. Propuseram a **criação de instrumentos de regulação dos mercados que garantam preços justos para a produção**, a valorização da produção ao longo da cadeia de valor acrescentado do sector, bem como um mecanismo de alocação do direito à produção para corrigir situações de discriminação e a adoção de medidas para pôr termo às operações de *dumping* entre Estados-membros.

DEFENDER A PRODUÇÃO NACIONAL DE ARROZ!

A UE accionou uma **cláusula de salvaguarda à importação de arroz** em que a intervenção dos deputados do PCP no PE, respondendo às preocupações dos produtores, foi um contributo importante para pressionar a UE a tomar esta decisão.



OS DEPUTADOS DO PCP no PE intervieram para que a agricultura saia do âmbito da Organização Mundial do Comércio, combateram a imposição de modelos de produção intensiva à custa da ruína de milhares de pequenos e médios agricultores e da qualidade e segurança alimentares. Denunciando estas políticas, apresentaram **propostas concretas como a instauração do princípio da "preferência nacional"** relativamente a importações de países da UE e países terceiros e da existência de instrumentos efectivos de regulação da produção e "comercialização".

DEFENDER A SOBERANIA E SEGURANÇA ALIMENTARES!

Os deputados do PCP no PE apresentaram **várias centenas de propostas de alteração** a relatórios, directivas e regulamentos que, **se aprovadas, constituiriam um importante contributo para a defesa da agricultura nacional e do direito à soberania e à segurança alimentares**, desde logo do nosso País, garantindo a Portugal o seu **direito a produzir!**

OS DEPUTADOS DO PCP no PE denunciaram e combateram as **consequências** que os acordos de comércio livre da UE têm e terão na agricultura, comprometendo a protecção dos produtores e a segurança e soberania alimentares, em benefício da concentração da produção e das multinacionais do sector. Apresentaram **propostas para travar a desregulação e liberalização** do comércio internacional de produtos agrícolas.

DEFENDER O LEITE NACIONAL COM PREÇOS JUSTOS À PRODUÇÃO!

Instauração de **mecanismos de regulação do mercado do leite**. Denúncia dos impactos da liberalização do sector e afirmação da necessidade de introduzir **instrumentos públicos de regulação da produção e dos mercados** que assegurem **preços justos aos produtores**, evitando a concentração e a intensificação da produção e garantindo o **direito de cada Estado-membro à produção e à soberania alimentar**.

DEFENDER A APICULTURA NACIONAL!

Criação de uma estratégia europeia para a **gestão, controlo e eventual erradicação da vespa asiática** (*Vespa velutina nigrithorax*), que não implique a utilização de pesticidas nem coloque em risco as abelhas ou os seus predadores naturais, e preveja as disposições necessárias em termos de coordenação, controlo e investigação. Projecto-piloto para **apoio à apicultura no âmbito da ecologização da PAC**.

OS DEPUTADOS DO PCP ao PE apresentaram **dezenas de perguntas relacionadas com a realidade nacional do sector agrícola**, em áreas tão diversas como a disponibilização e execução de fundos europeus para a agricultura, a situação de sectores como o leite, a apicultura, a produção de sal, arroz, azeite, frutas e legumes, a agricultura biológica, a exploração florestal, a pecuária e a saúde animal, a produção de vinho, o controlo de pragas, os impactos dos acordos de livre comércio, a introdução de Organismos Geneticamente Modificados (OGM) e a patenteação da vida ou a salvaguarda das Denominações de Origem Protegida (DOP).

269

O número, em Portugal, de visitas, reuniões, iniciativas e perguntas às instituições europeias no sector da Agricultura, protagonizadas pelos deputados do PCP no PE.

AO LONGO deste mandato, os deputados do PCP no PE, no seguimento das muitas visitas e contactos que fizeram com os produtores portugueses, **promoveram 13 audições públicas**, sobre floresta, instrumentos financeiros, leite, vinho, azeite, cereais, agricultura biológica, raças autóctones, apicultura, queijos da serra e revisão da PAC. Promoveram igualmente jornadas de trabalho para debater, entre outras, a questão da produção nacional, do aparelho produtivo e do desenvolvimento económico e social, envolvendo agricultores, associações de produtores, académicos e todos os que lidam com a agricultura em Portugal.

UMA PESCA SUSTENTÁVEL, UMA GESTÃO DE RECURSOS NACIONAL

**POLÍTICA COMUM DE PESCAS DA UE
UM DESASTRE PARA O SECTOR DAS PESCAS NACIONAL!**

“Hoje, Portugal tem incomparavelmente menos pescadores (17.536), já que em 1986, data da adesão de Portugal à CEE, os pescadores matriculados rondavam os 41.000. Ou seja, nesta caminhada de 3 décadas, **perderam-se cerca de 23.500 profissionais da pesca**.

No ano de 2015, a frota licenciada contemplava 4188 embarcações. Há 3 décadas atrás, encontravam-se a laborar 16.797 embarcações. Desde então, **o país perdeu cerca de 12.600 unidades de produção licenciadas para atividade da pesca profissional.**”

Portugal e a UE, nº69, Junho 2016.



137

O número, em Portugal, de visitas, reuniões, iniciativas e perguntas às instituições da UE no sector das pescas, protagonizadas pelos deputados do PCP no PE.

OS DEPUTADOS DO PCP ao PE deram continuidade ao seu reconhecido trabalho no âmbito da Política Comum das Pescas, **mantendo uma profunda ligação aos problemas da pesca no País**. Intervieram no sentido de **salvaguardar os interesses nacionais**, contrariando a postura de ingerência, centralização e federalização dos mecanismos legislativos de gestão no âmbito da UE deste sector estratégico para o País.

Os deputados do PCP no PE apresentaram um amplo e diversificado conjunto de questões relacionadas com o sector das **pescas em Portugal**, dando atenção particular aos apoios específicos aos Açores e Madeira, pela sua condição de **Regiões Ultraperiféricas**, a questões particulares destas regiões como a pesca de espécies de profundidade, TAC e quotas para determinadas espécies, nomeadamente a situação da pesca de tunídeos.

A **defesa das artes tradicionais**, como a Arte xávega ou a pesca de Salto e Vara mereceu diversas perguntas à Comissão Europeia e ao Conselho, procurando reconhecer as suas especificidades, o seu limitado impacto nos recursos e a sua dimensão cultural.

DEFENDER AS PESCAS NACIONAIS E OS PESCADORES!

Os deputados do PCP no PE trouxeram para a ordem do dia as preocupações do sector das pescas avançando propostas como:

- › O apoio à pesca tradicional e de pequena escala, e às comunidades pesqueiras;
- › O apoio às paragens biológicas;
- › Os apoios à suspensão da pesca da sardinha em Portugal;
- › A criação de um Fundo de Compensação Salarial, financiado com verbas da UE;
- › A renovação, modernização e requalificação das frotas;
- › A valorização dos produtos da pesca e a promoção de espécies sem valor comercial e de produtos secundários da pesca;
- › O apoio à organização cooperativa dos pescadores;
- › A necessidade de formação profissional, a protecção dos trabalhadores, em termos de protecção laboral, condições de segurança e higiene a bordo;
- › Apelo à subscrição da Convenção nº 188 da OIT sobre o trabalho nas pescas.

DEFENDER A PEQUENA PESCA COSTEIRA E ARTESANAL!

Foi por proposta dos deputados do PCP no PE que se introduziu no **relatório de iniciativa sobre a cadeia de valor no sector da pesca** a necessidade de “apoio público para a criação de **mecanismos que melhorem o preço de primeira venda**, de modo a beneficiar os pescadores, aumentando a retribuição do seu trabalho, e a **promover uma justa e adequada distribuição do valor acrescentado pela cadeia de valor do sector**, reduzindo as margens de intermediação, valorizando os preços pagos à produção e exercendo uma contenção dos preços pagos no consumo final”. Nestes mecanismos inclui-se a possível fixação de uma taxa máxima de intermediação ao longo da cadeia.



OS DEPUTADOS DO PCP no PE fizeram dezenas de perguntas escritas às instituições da UE centradas na **utilização de fundos comunitários** – especialmente o Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e das Pescas (FEAMP) –, procurando facilitar a sua execução e **ligação às necessidades do sector**, nomeadamente da **pequena pesca artesanal**. Tiveram iniciativa em torno da questão do **apoio financeiro durante as paragens biológicas** – possibilidade consagrada no FEAMP por iniciativa dos deputados do PCP no PE –, tanto aos pescadores como ao pessoal de terra, defendendo o seu alargamento e a eliminação de restrições actualmente existentes. As **limitações à pesca da sardinha** justificaram, também, a realização de inúmeras perguntas à Comissão Europeia e ao Conselho.

Os deputados do PCP no PE tiveram um papel activo nos diversos **Acordos de Parceria** no domínio da Pesca, tendo defendido a **existência e alargamento de possibilidades de pesca para a frota nacional**, ao abrigo destes acordos. Além disso, assumiram responsabilidades como relatores dos relatórios sobre os Acordos com São Tomé e Príncipe, Guiné-Bissau, Venezuela, Ilhas Cook, Comores e Costa do Marfim. A sua acção neste quadro focou-se no **aumento das transferências que promovam o apoio sectorial**, dando prioridade ao desenvolvimento da capacidade das pescas e das atividades relacionadas nestes países, facilitando a sua **independência e a sustentabilidade dos recursos**.

A melhoria das **condições de segurança, saúde e higiene a bordo**, justificou diversas iniciativas por parte dos deputados do PCP no PE, no âmbito de pareceres e do questionamento das instituições da UE, sendo de destacar a defesa da subscrição da Convenção nº 188 da Organização Internacional do Trabalho sobre as condições de trabalho na pesca.

Destaca-se, neste período, a **realização de iniciativas públicas e conferências**, em Portugal e no Parlamento Europeu, onde se envolveram e promoveram as posições das associações do sector, sindicatos e representantes das comunidades tradicionais pesqueiras. A iniciativa **“Defesa e Protecção da Pesca de Pequena Escala, Artesanal e Costeira”** é paradigmática desta acção.

UMA ESTRATÉGIA INDUSTRIAL E EXTRACTIVA QUE SIRVA OS INTERESSES DO PAÍS

É NECESSÁRIA UMA POLÍTICA QUE DEFENDA E PROMOVA A INDÚSTRIA NACIONAL!

Em Portugal, também a indústria sofreu uma significativa compressão. Se em 1974 representava 29% do PIB, em 1985 já decrescia para 27%, estando em 2012 nos 12,8%. O peso projectado da indústria em Portugal para 2017 representou 14,6% do PIB.

A INTERVENÇÃO dos deputados do PCP no PE denunciou a destruição do tecido industrial em Portugal, estabelecendo a sua ligação com o processo de adesão e os constrangimentos da UE. Nas indústrias transformadora e extractiva, o País viu destruídas, segmentadas e enfraquecidas empresas e sectores estratégicos. A adesão ao Euro representou desinvestimento e degradação produtiva, perda de competitividade e endividamento externo, estagnação e recessão. **Acen- tuou a desindustrialização e a privatização das empresas estratégicas nacio- nais**, o enfraquecimento da intensidade tecnológica das exportações e o aprofun- damento de um perfil produtivo debilitado, dependente e periférico.

Os deputados do PCP no PE defenderam, ao invés, a possibilidade de **orientar os fundos comunitários para alavancar a capacidade industrial nacional**, nomea- damente através da **recuperação de empresas e sectores estratégicos**. Defen- deram a **capacidade soberana dos Estados-membros de planificarem a sua actividade económica e o desenvolvimento de uma política em defesa da indús- tria transformadora e extractiva que reduza os défices estruturais**.

EM DEFESA DAS INDÚSTRIAS EXTRACTIVA E CERÂMICA!

Os deputados do PCP no PE questionaram a Comissão Europeia sobre os **fundos da UE que foram utilizados por empresas da indústria mineira em Portugal**, tais como: Somincor (Neves Corvo); Almina (Aljustrel); EPDM (Aljustrel); Sojitz Corporation (Panasqueira) e Almonty (Panasqueira). Questionaram ainda a Comissão Europeia sobre os possíveis apoios à **Indústria Cerâmica** do País, dirigidos a contrariar as desvantagens estruturais associadas à periferia sentidas pelas empresas portuguesas do sector e sobre a possibilidade de instaurar uma compensação, financiada pela UE, para fazer face aos custos associados às diferentes certificações existentes nos diferentes Estados-membros.

TIRAR PARTIDO DO NOSSO MAR E DAS ZONAS COSTEIRAS!

Os deputados do PCP no PE foram relatores do relatório *"Explorar o potencial da Investigação e Desenvolvimento na Economia Azul para criar emprego e crescimento"*. Defenderam uma definição ampla de Economia Azul, susceptível de integrar todas as actividades sectoriais e intersectoriais relacionadas com os oceanos, mares e zonas costeiras, incluindo igualmente as actividades de apoio, directas e indirectas. Alertaram para a importância transversal da inovação em todas estas actividades, sejam tradicionais ou emergentes. **Sublinharam que o seu desenvolvimento exige um maior investimento no conhecimento** e que a UE deve garantir um financiamento sólido para a melhoria do conhecimento sobre o meio marinho, com garantia da sua continuidade e previsibilidade a longo prazo. **Defenderam a criação de um quadro financeiro apropriado** para estimular o desenvolvimento da Economia Azul, que integre e articule os diversos instrumentos financeiros disponíveis e a criação de emprego especializado.

OS DEPUTADOS DO PCP no PE opuseram-se à criação do Fundo Europeu de Defesa e à implementação do *Programa Europeu de Desenvolvimento Industrial no domínio da Defesa*, rejeitando o alinhamento da política industrial com a política securitária e militarista da UE. Contrapuseram com a alocação daqueles recursos orçamentais para programas com fins civis e pacíficos, desviando-os do financiamento da investigação e desenvolvimento e aquisição de armamento.

A TECNOLOGIA AO SERVIÇO DO EMPREGO E DA JUSTIÇA SOCIAL!

No âmbito do Orçamento da UE, os deputados do PCP no PE apresentaram a proposta do Projecto-piloto: **Estudo do impacto da "Revolução Digital" e da Indústria 4.0" no Emprego, na UE.**

A elaboração deste estudo visa avaliar os impactos da digitalização da indústria e a tomada de medidas que salvaguardem o direito ao emprego, o direito dos trabalhadores e a coesão económica e social.



OS DEPUTADOS DO PCP no PE intervieram no âmbito do **sector das comunicações, condenando o processo de liberalização e privatização deste sector**, rejeitando os organismos criados para defender essa política e denunciando o agravamento do fosso tecnológico entre países e da acessibilidade a estes serviços pelas populações. Questionaram a Comissão Europeia sobre os problemas associados ao fim do "roaming", designadamente sobre o risco de um aumento das tarifas ao nível de cada país e as medidas previstas para o eliminar, a par das soluções previstas para fazer face ao aumento da pressão sobre as redes existentes, nomeadamente no que se refere a investimentos para aumentar a sua capacidade.

Os deputados do PCP no PE **denunciaram as consequências ruinosas do processo de privatização dos CTT** – Correios de Portugal, pugnando pela reversão dessa privatização e recuperação para o controlo público do serviço postal.

Os deputados do PCP no PE **opuseram-se ao projecto da "União da Energia"** e à liberalização do mercado europeu de energia, com a concentração monopolista e o prejuízo que daí resultou para as PME e as populações, com o aumento da factura da energia e a degradação do serviço, a par da redução do número de trabalhadores e da precarização dos vínculos laborais no sector. Defenderam o controlo público e democrático do sector da energia como um elemento fundamental para garantir a soberania energética, colocando-o ao serviço das populações e dos sectores produtivos. Intervieram activamente neste dossier, apresentando mais de 50 propostas de alteração. Denunciaram, nas suas intervenções, os elevados níveis de pobreza energética, resultado do aumento das tarifas e dos elevados e persistentes níveis de pobreza. Rejeitaram veementemente a possibilidade de aplicação de sanções financeiras aos Estados-membros, associadas ao regulamento da União da Energia.

POBREZA ENERGÉTICA



EVOLUÇÃO DOS PREÇOS DA ELETRICIDADE COBRADO ÀS FAMÍLIAS



VALORIZAR A INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA PARA O PROGRESSO E O DESENVOLVIMENTO

OS DEPUTADOS DO PCP no PE entrevistaram sobre o Programa-Quadro de Investigação e Inovação Horizonte 2020. Questionaram a Comissão Europeia quanto à contribuição e execução por país do Programa, tendo em vista a **necessidade de incrementar a sua utilização por Portugal** (que foi até 2013 um contribuinte líquido do Programa).

No âmbito do regulamento do próximo Programa-Quadro de Investigação “Horizonte Europa”, enquadrado no Quadro Financeiro Plurianual para o período 2021-2027 (QFP 2021-2027), os deputados do PCP no PE apresentaram um conjunto de propostas baseadas numa visão da **investigação e desenvolvimento científicos e tecnológicos em prol do progresso da ciência e da sociedade**, da resposta às grandes questões actuais, do apoio às políticas públicas, em vez da concentração de recursos nas multinacionais e nos centros de “excelência”. Rejeitaram a utilização deste instrumento para alimentar a investigação e inovação com fins militares.

TECNOLOGIA E CONHECIMENTO AO SERVIÇO DO PROGRESSO E NÃO DA GUERRA!

No regulamento do Programa Quadro Investigação e Inovação Horizonte 2020, os deputados do PCP no PE propuseram:

- › A gestão partilhada do Programa, garantindo uma alocação mínima de fundos por Estado-membro, que dê resposta, em primeiro lugar, às prioridades e estratégias de investigação e inovação dos Estados-membros;
- › Uma distribuição equilibrada dos recursos pelos vários Estados-membros;
- › A redefinição dos objectivos do programa espacial da UE, de molde a garantir que o mesmo sirva exclusivamente propósitos civis;
- › A rejeição do Fundo Europeu de Defesa, com a canalização dos recursos que lhe estão associados para outras prioridades.

OS DEPUTADOS DO PCP no PE questionaram a Comissão Europeia sobre a **precariedade laboral entre os técnicos e investigadores**, em particular dos que há vários anos desenvolvem actividade ao abrigo de programas financiados pela UE.

Os deputados do PCP no PE propuseram a **duplicação da dotação financeira do programa Parceria para a Investigação e a Inovação na Região Mediterrânica (PRIMA)**. Defenderam a necessidade do reforço dos laços de cooperação no plano científico e tecnológico entre os países do Mediterrâneo, a utilização eficiente de recursos e a conservação da biodiversidade.

UMA POLÍTICA PÚBLICA DE TRANSPORTES AO SERVIÇO DO DESENVOLVIMENTO DO PAÍS E PARA A COESÃO TERRITORIAL

É NECESSÁRIA UMA POLÍTICA QUE DEFENDA E PROMOVA O SECTOR PÚBLICO DOS TRANSPORTES!

“Assim sucedeu com a indústria siderúrgica, a média e grande indústria de construção naval, a indústria de material ferroviário pesado e ligeiro e muitos outros sectores da indústria transformadora nacional, **onde predominou o encerramento de empresas, e em todos os sectores dos transportes, marítimo, portuário, aéreo, rodoviário e ferroviário, por privatização com transferência de titularidade ou na versão de parceria-público-privada.**”

Portugal e a UE, nº 69, Junho 2016

OS DEPUTADOS DO PCP no PE defenderam a necessidade de **retomar o controlo público de sectores estratégicos**, como é o caso dos **transportes**, revertendo a privatização de empresas e a suspensão ou inversão dos processos de sub-concessão e subcontratação.

A acção dos deputados do PCP no PE pautou-se pela **oposição aos princípios e objectivos do Livro Branco dos Transportes**, que encara o desenvolvimento deste sector no âmbito do Mercado único, cuja consequência é, para Portugal, o aumento da sua condição periférica, com a **perda da soberania e da capacidade de decisão estratégica** associada ao desenvolvimento dos transportes.

Os deputados do PCP no PE **denunciaram as transformações do sector dos transportes**, resultado das opções políticas definidas pela UE e implementadas pelos governos portugueses de crescente entrega ao capital estrangeiro e concentração de sectores estratégicos da economia nacional, **pautada pela privatização e por uma degradação geral das infraestruturas e dos serviços prestados**, acompanhada pelo aumento da precariedade laboral, pressão constante para a redução do preço da força de trabalho, deliberada e intencional degradação da soberania nacional em aspectos centrais do desenvolvimento económico.

A lógica privatizadora e desreguladora contra os direitos laborais e contra os interesses das populações e da economia nacional é inerente a diversos instrumentos normativos da UE, com destaque para o **regulamento para o transporte público**, a **directiva do transporte aéreo**, a **directiva da assistência em escala**, o **Céu Único Europeu** ou a **Estratégia de Aviação Europeia**.

Os deputados do PCP no PE intervieram **denunciando as consequências da liberalização do sector da aviação**, sempre em contacto com as estruturas dos trabalhadores, de que resultou a formulação de um **conjunto amplo de perguntas sobre a operadora nacional TAP**, sobre os **processos de privatização da assistência em escala**, ou sobre o **incumprimento de legislação diversa por parte da RYANAIR**, entre outros exemplos.

Os deputados do PCP no PE **opuseram-se aos Pacotes Ferroviários e ao processo de liberalização e privatização nos Portos**, que tiveram e têm efeitos nega-



tivos na realidade nacional, não apenas em termos estruturais, mas também na degradação e encarecimento dos serviços, com consequências gravosas para os trabalhadores, para os cidadãos e a sua mobilidade.

No âmbito do **quarto pacote ferroviário**, os deputados do PCP no PE denunciaram que o apelo à reindustrialização decorre após **anos de desmantelamento e privatização da indústria que estava na esfera pública**, com o objectivo de reduzir postos de trabalho e direitos dos trabalhadores, em benefício do controlo monopolista pelas grandes multinacionais, em prejuízo do investimento e do interesse público. **Propuseram medidas para valorizar a indústria ferroviária e perspectivar a sua revitalização**, com um acrescido protagonismo público, garantindo efectivamente os direitos dos trabalhadores, valorizando o conhecimento e o trabalho produtivo, novos métodos e tecnologias na cadeia de produção e a definição de estratégias de acordo com as especificidades, necessidades e planos de cada país.

Os deputados do PCP no PE questionaram as instituições da UE sobre a **privatização do Metro e da Carris**, sobre o apoio à modernização da **Linha do Oeste** e sobre os **investimentos nos transportes públicos em Portugal e na ferrovia portuguesa**. Defenderam um **serviço público de transporte ferroviário** e questionaram as instituições da UE sobre o financiamento da **Ferrovia Sines/Espanha**; **linha ferroviária de Leixões e Modernização da Linha do Vouga**. Denunciaram os reais objectivos da criação de um **“espaço ferroviário europeu único”** e alertaram para as políticas de desinvestimento.

NÃO À PRIVATIZAÇÃO DO SECTOR DOS TRANSPORTES SECTOR ESTRATÉGICO PARA O DESENVOLVIMENTO DO PAÍS!

Instrumentos como o Mecanismo Interligar Europa ou a Rede Transeuropeia de transportes têm servido de sorvedouros de dinheiros públicos para o sector privado, alimentado as Parcerias Público-Privado. Estratégias políticas que promovem a privatização da oferta pública de serviços, o desinvestimento nos equipamentos e infraestruturas, a degradação e encarecimento do serviço prestado às populações, bem como a precarização das relações laborais.

OS DEPUTADOS DO PCP no PE dinamizaram uma intensa intervenção em torno do Pacote de Mobilidade, denunciando as intenções da Comissão de **degradação das condições laborais dos trabalhadores**. Apresentaram ou subscreveram um conjunto de propostas que procuraram valorizar os **direitos dos trabalhadores dos transportes**, no âmbito do destacamento, do aumento dos períodos de descanso, da melhoria das condições de descanso e o direito a regressar a casa para o repouso semanal regular. Apresentaram igualmente propostas de **rejeição da liberalização do sector dos transportes e da defesa do serviço público de transportes**.

UM COMÉRCIO INTERNACIONAL SUSTENTADO EM RELAÇÕES MUTUAMENTE VANTAJOSAS

A POLÍTICA COMERCIAL DEVE SER UMA COMPETÊNCIA SOBERANA DO PAÍS!

A política comercial **é hoje uma competência exclusiva da UE**, tendo aprofundado a liberalização e desregulação do comércio internacional, através de acordos de livre comércio, que **constituem poderosos instrumentos de domínio económico e político** e abrem espaço, caso não sejam travados, à rapina por parte das multinacionais e ao seu domínio sobre os Estados.

OS DEPUTADOS DO PCP no PE têm sido firmes na oposição, denúncia e **rejeição dos acordos de livre-comércio e investimentos**, como o TTIP ou o CETA. As negociações de grandes tratados de liberalização do comércio e investimentos evidenciaram o alinhamento do processo legislativo e regulamentar da UE com os interesses das multinacionais, sobrepondo-os à soberania dos Estados. A Comissão Europeia tem optado por ignorar a natureza mista de muitos dos Acordos recém-negociados ou em negociação, procurando evitar a obrigatoriedade da ratificação por cada Estado-membro e comprometendo os interesses nacionais.

Os deputados do PCP no PE intervieram activamente **contra o CETA, denunciando as consequências deste acordo comercial para Portugal** (como do Acordo UE-Mercosur ainda em negociação), nomeadamente para a produção agrícola e para a segurança alimentar, mas também para os serviços públicos e a legislação



laboral. Na **vertente agrícola** questionaram o impacto do CETA, incluindo do espectro limitado de denominações geográficas reconhecidas, na produção e comercialização de produtos regionais, na degradação da situação económica e social dos pequenos e médios produtores e nos riscos de destruição da pequena e média agricultura. Questionaram sobre a evolução da balança comercial face à entrada em vigor do CETA, assim como sobre o acesso de empresas canadianas aos mercados da contratação pública nos 28 Estados-membros.

NÃO AO CETA!

Os deputados do PCP no PE questionaram a Comissão Europeia sobre:

- › Os riscos para a segurança e soberania alimentar face às toneladas de carne de bovino que entrarão nos diversos países da UE;
- › O uso de hormonas e factores de crescimento;
- › A entrada e controlo de Organismos Geneticamente Modificados (OGM).

OS DEPUTADOS DO PCP no PE denunciaram os impactos do CETA sobre os serviços públicos, as condições laborais e os riscos que existem do nivelamento por baixo dos níveis de protecção social, de *dumping* social.

Os deputados do PCP no PE opuseram-se à celebração do *Acordo de Parceria Económica UE-Japão*, que visa a harmonização de padrões regulamentares ao nível da legislação laboral, de questões ambientais ou relativas à segurança alimentar. Para lá da liberalização de tarifas pautais, denunciaram que deve ser considerado de natureza mista, pois entra em áreas da competência dos Estados-membros, pelo que exigiram a sua ratificação pelos parlamentos nacionais. Alertaram para o facto de o acordo visar a liberalização do comércio e de investimentos, o que terá um grande impacto em diversos sectores industriais, como os químicos, os plásticos, os têxteis e vestuário, a par de outras implicações transversais em áreas como o sector automóvel ou o sector das cervejas, entre outros. Apresentaram várias perguntas específicas questionando a abordagem por Estado-membro e sobre as previsíveis consequências ao nível da pressão para a degradação das condições laborais em consequência do Acordo. Denunciaram a recusa por parte da Comissão Europeia e outras instituições da UE da ratificação deste tratado pelos parlamentos nacionais, conforme ocorreu com o CETA.

Os deputados do PCP no PE defenderam o fim da liberalização do comércio, a recuperação do direito soberano de um Estado-membro a estabelecer acordos com outros países, acordos de cooperação mutuamente vantajosos, que salvaguardem a soberania nacional, que respondam às necessidades e interesses dos povos, que defendam e promovam os direitos sociais, laborais e democráticos, o direito ao desenvolvimento económico e social.

DEFENDER OS DIREITOS LABORAIS, SOCIAIS, AMBIENTAIS E A SAÚDE PÚBLICA!

Os deputados do PCP no PE rejeitaram as sucessivas propostas de inclusão nos tratados de livre comércio de um mecanismo de resolução de litígios (ISDS), por não respeitar a soberania dos Estados, e não salvaguardar direitos laborais, sociais, ambientais e de saúde pública e lesar o interesse público, em favor dos interesses das multinacionais.

DEFENDER O AMBIENTE E OS RECURSOS NATURAIS! SALVAGUARDAR OS INTERESSES NACIONAIS!

OS DEPUTADOS DO PCP
BATERAM-SE FIRMEMENTE
EM DEFESA DA ÁGUA
PÚBLICA, DEFENDENDO
OS PRINCÍPIOS
DA GARANTIA DA NÃO
PRIVATIZAÇÃO
E LIBERALIZAÇÃO
DOS SERVIÇOS HÍDRICOS
E DE SANEAMENTO.

ATRAVÉS de uma diversificada intervenção, os deputados do PCP no PE apresentaram **propostas em defesa do ambiente e salvaguarda dos recursos naturais**, da promoção e elevação da qualidade de vida das populações, garantindo a democratização do acesso à natureza e do seu usufruto, o que pressupõe a defesa do carácter público e soberano das políticas, estratégias e meios de defesa do ambiente e dos recursos naturais.

Os deputados do PCP no PE **rejeitaram a mercantilização do ambiente**, de que é exemplo a criação e funcionamento do **mercado do carbono/regime de comércio de licenças de emissão**, denunciando as consequências perversas das “medidas” de mercado. Em alternativa, apresentaram propostas para a concretização de uma abordagem normativa à limitação das emissões de gases, que tenha em conta as **potencialidades abertas pelos avanços científicos e técnicos**, a **situação concreta de cada país**, a progressiva **transição para tecnologias hipocarbónicas** e a imprescindível **alteração profunda do modo de produção** actualmente dominante à escala mundial.

Os deputados do PCP no PE **denunciaram as limitações dos acordos das sucessivas Conferências das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas**, nomeadamente o aclamado “**acordo de Paris**”, afirmando os efeitos da desregulamentação e liberalização do comércio internacional no acréscimo de consumo de energia e fluxos de mercadorias a nível mundial, que, por sua via, fazem aumentar a emissão de gases com efeito de estufa para a atmosfera. Alertaram para a necessidade de uma abordagem objectiva, integrada, transversal e consequente da problemática das «alterações climáticas», que garanta uma diversificação dos instrumentos utilizados para alcançar os objectivos de redução de emissões, e evite a dependência dos instrumentos de mercado.

Os deputados do PCP no PE bateram-se firmemente em **defesa da água pública**, defendendo os princípios da garantia da não privatização e liberalização dos serviços hídricos e de saneamento, a par da exclusão destes serviços de qualquer acordo comercial e apresentaram propostas no sentido da garantia da **propriedade e gestão pública da água**, de um serviço público exclusivo de captação, tratamento, abastecimento e distribuição, liberto da subordinação às regras da concorrência. Foram promotores no Parlamento Europeu da iniciativa “**A luta pela democratização do acesso à Água**” que abordou os processos de privatização de vários Estados-membros e as lutas das populações em defesa da água pública. Os deputados do PCP no PE questionaram as instituições da UE sobre a

OS DEPUTADOS DO PCP NO PE VISITARAM VÁRIAS REGIÕES DO PAÍS AFECTADAS POR CATÁSTROFES NATURAIS COMO SUCEDEU POR EXEMPLO NA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA, EM 2016, OU OS GRAVÍSSIMOS INCÊNDIOS DE 2017 E 2018.

recuperação do controlo público sobre serviços de água e saneamento ou sobre o seguimento e as medidas a tomar pela Comissão Europeia quanto à Iniciativa "A água é um direito humano".

Os deputados do PCP no PE defenderam o indispensável **reforço do investimento na investigação científica e no desenvolvimento tecnológico**, visando a evolução dos meios de produção e uma indústria cada vez menos poluente.

Os deputados do PCP no PE alertaram para os **factores de ameaça** que pesam sobre inúmeros **ecossistemas**, como sejam a dispersão de espécies exóticas invasoras, as pragas (como o nemátodo do pinheiro e outras), os pesticidas e as práticas agrícolas intensivas e os fogos florestais.

Os deputados do PCP no PE apresentaram várias perguntas sobre a presença no mercado da UE de vários **pesticidas que possam pôr em causa o ambiente, a biodiversidade e a saúde das populações**, colocando a necessidade de "phasing-outs" para a substituição por outras substâncias e/ou soluções técnicas, sem se submeter aos interesses do agro-negócio. Denunciaram o processo de autorização de entrada no mercado de pesticidas e de **organismos geneticamente modificados (OGM)**, a promiscuidade entre a Comissão Europeia e a agroindústria, que coloca em causa a seriedade e imparcialidade das avaliações efectuadas, assim como o papel que a **Autoridade Europeia para a Segurança dos Alimentos (EFSA)** tem na avaliação dos produtos a entrar no mercado europeu.

Os deputados do PCP no PE **denunciaram o desrespeito do princípio da precaução**, por parte da Comissão Europeia, e mesmo a tentativa de o substituir por uma "gestão de risco" (que possibilita a utilização das substâncias sob as quais existe incerteza). Propuseram ainda vários **projectos-piloto** para que fossem realizados **estudos de impacto do uso destes pesticidas, da sua permanência no solo e contaminação**.

Os deputados do PCP no PE **criticaram o conceito simplista de reflorestação usado pela UE**, que não considera uma **definição de floresta que inclua a diversidade biológica, social e cultural, onde os ecossistemas, os habitats e as comunidades locais são protegidos**, levando à adopção de conceitos simplistas de desflorestação e reflorestação, tendo como consequências, entre outros, a monocultura florestal.

Os deputados do PCP no PE defenderam a **livre circulação de informação científica e a protecção e valorização dos conhecimentos tradicionais e das práticas dos povos indígenas, a ligação entre a diversidade genética e a segurança e soberania alimentar mundial**, defendendo uma **profunda modificação de políticas relativamente aos Organismos Geneticamente Modificados**.

Os deputados do PCP no PE **visitaram várias regiões do País afectadas por catástrofes naturais**, como sucedeu, por exemplo, na Região Autónoma da Madeira, em 2016, ou os gravíssimos incêndios de 2017 e 2018. Questionaram a Comissão Europeia sobre as **medidas de apoio às corporações de bombeiros e ao tecido empresarial afectado**, através da flexibilização e majoração de apoios directos da UE às PME.

Aquando da discussão sobre o **Mecanismo de Protecção Civil da União Europeia**, os deputados do PCP no PE defenderam e valorizaram o desenvolvimento da cooperação entre Estados no domínio da resposta a situações de catástrofe,

possibilitando a **coordenação de esforços**, empréstimo ou até **partilha de meios**. Defenderam que as cadeias de comando, mesmo em situações de cooperação e de auxílio, devem manter-se no **plano nacional**, já que os serviços de protecção civil, pela sua natureza, exigem uma **forte ligação** e um **profundo conhecimento do território** e das populações.

Os deputados do PCP no PE denunciaram a falta de apoio da União Europeia aos Estados-membros no desenvolvimento de capacidades próprias, desde logo na **prevenção**. Assim como denunciaram e rejeitaram o risco de **usurpação** de cadeias de comando para um plano supranacional.

AJUDAR QUANDO É PRECISO!

Na resposta às catástrofes naturais a que o País esteve sujeito, os deputados do PCP no PE propuseram:

- › A criação de um quadro financeiro adequado à prevenção de catástrofes;
- › O reforço de medidas de emergência no apoio às populações afectadas por catástrofes naturais;
- › O apoio à reparação e reconstrução de infraestruturas públicas essenciais destruídas ou severamente afectadas;
- › A criação de medidas de apoio às áreas percorridas por incêndios florestais;
- › O apoio ao desenvolvimento de projectos de reflorestação das áreas ardidas;
- › Medidas para restabelecer o potencial produtivo e os postos de trabalho;
- › Apoios à reparação e construção de habitações.



OS DEPUTADOS DO PCP NO PE DENUNCIARAM A LÓGICA DA «ECONOMIA CIRCULAR» PROMOVIDA PELA UE, QUE PASSA POR POTENCIAR O MERCADO INTERNO DO “LIXO”, FRAGILIZANDO OS SERVIÇOS PÚBLICOS DE GESTÃO E TRATAMENTO DE RESÍDUOS.

NO ÂMBITO do Orçamento da UE apresentaram propostas e projectos-piloto para o estudo de **impacto do risco para a biodiversidade** no nosso País; medidas de **mitigação do impacto das ventoinhas eólicas nas populações de morcegos e aves e nas suas rotas migratórias**; medidas para a **protecção de minas de água e reabilitação de infraestruturas relacionadas em zonas rurais**.

No âmbito da Segurança Alimentar, os deputados do PCP no PE denunciaram a política que esmaga os rendimentos e o poder de compra dos povos porquanto os conceitos da **soberania alimentar e segurança alimentar são indissociáveis**; defenderam a necessidade de políticas públicas que salvaguardem a **cadeia alimentar** e o **direito à informação** para escolhas informadas e conscientes no domínio da alimentação – **contrariando a crescente desregulação e liberalização das políticas agrícolas e comerciais**. Os deputados do PCP no PE defenderam que uma cadeia alimentar sustentável será, em princípio, uma cadeia curta – a avaliação dessa sustentabilidade e da segurança da cadeia também só será efectiva e transparente se for realizada ao nível da cadeia, ou seja, uma avaliação próxima aos sistemas de produção, distribuição e consumo.

Os deputados do PCP no PE defenderam a necessidade de políticas que promovam uma **produção mais sustentável** (produtos mais degradáveis ou mais facilmente recicláveis), que se aumente o **potencial de reciclagem**, que se **eliminem** produtos como os **microplásticos e os oxo-degradáveis**, e que se promova a **recolha activa de plástico no ambiente**, nomeadamente no marinho. Questionaram a Comissão Europeia quanto à quantidade de partículas de plástico existente nos estuários.

Os deputados do PCP no PE **denunciaram a lógica da «economia circular» promovida pela UE**, que passa por potenciar o mercado interno do “lixo”, fragilizando os serviços públicos de gestão e tratamento de resíduos, criando respostas “eficientes” para os produtos rentáveis e deixando o refugo ao abandono. **Recusaram a criação de impostos “verdes”**, que castigam os consumidores, ao invés de promover inovação na produção. Defenderam, em alternativa à política de mercado, uma política de desenvolvimento que salvaguarde o ambiente.

RECICLAR MAIS E MELHOR AS EMBALAGENS!

Os deputados do PCP no PE foram responsáveis por um parecer sobre a *“Directiva 94/62/CE relativa a embalagens e resíduos de embalagens”*, que **propôs uma revisão em alta dos objectivos de reciclagem de embalagens e resíduos de embalagens, atentas às particularidades de cada Estado-membro e aos diferentes níveis de desenvolvimento das infraestruturas de gestão de resíduos**.

MELHOR GESTÃO DE RECURSOS PARA DEFENDER O AMBIENTE!

Em sede de Orçamento da UE os deputados do PCP no PE apresentaram vários projectos piloto:

- › Medidas de protecção e defesa do meio ambiente e das populações, reflectindo os vários problemas e preocupações levantadas que podem por em risco a biodiversidade do nosso país.

Em sede da revisão do regulamento do Programa LIFE +:

- › A duplicação do seu orçamento;
- › O aumento para 60% da proporção dos valores geridos em regime partilhado, ou seja, mais próximos à estratégia dos Estados-membros de gestão das suas áreas naturais e da biodiversidade.

DEFENDER O AMBIENTE E OS RECURSOS NATURAIS!

Os deputados do PCP no PE questionaram as instituições da UE:

- › Defendendo a mobilização de fundos da UE para combate à erosão costeira;
- › Sobre a mobilização de apoios da UE para fazer face aos efeitos da seca em Portugal;
- › Alertando para a gravidade e a recorrência dos problemas de poluição no Rio Tejo, solicitaram informação sobre o cumprimento da Convenção de Albufeira e defendendo a necessidade de medidas de melhoria dos sistemas de tratamento de águas residuais urbanas;
- › A adopção de medidas que visem a redução da carga poluente;
- › A identificação de focos de poluição;
- › A prevenção e reparação de danos ambientais nos termos da legislação relevante;
- › Debruçando-se sobre a problemática das espécies exóticas invasoras e sobre a necessidade de estabelecer medidas de controlo e/ou erradicação;
- › Defendendo a necessidade de medidas de correcção de desequilíbrios na execução de projectos financiados pelo Programa Life, apoiando os Estados-membros com menores taxas de execução e maior dificuldade de mobilização de recursos;
- › Defendendo a necessidade de criação de um instrumento financeiro específico para gestão das áreas integradas na Rede Natura 2000;
- › Intervindo sobre o problema dos resíduos perigosos nas escomboreiras das antigas minas de São Pedro da Cova, procurando mobilizar os meios necessários à requalificação ambiental das áreas afectadas;
- › Defendendo a mobilização de apoios da UE para a concretização de um projecto inovador que vise tornar a ilha do Corvo, nos Açores, independente dos combustíveis fósseis para a produção de energia eléctrica, a partir de uma aposta nas energias renováveis;
- › Intervindo em torno das questões da mobilidade sustentável, suscitando questões relacionadas com os impactos da aposta na massificação de veículos eléctricos;
- › Confrontando a Comissão Europeia com denúncias relativas à concertação de construtores automóveis para manipulação de valores de consumos e de emissões, solicitando medidas adequadas;
- › Questionando a Comissão Europeia sobre a redução das emissões de NOx associadas ao transporte marítimo no Atlântico, de forma a precaver os seus efeitos nocivos;
- › Questionando a Comissão Europeia sobre o impacto ambiental transfronteiriço da exploração mineira de urânio em Espanha e sobre o funcionamento da central nuclear de Almaraz, alertando para as falhas detectadas na segurança desta central;
- › Sobre o impacto dos neonicotinóides, nomeadamente nas populações de abelhas;
- › Sobre os novos critérios de identificação dos desreguladores endócrinos;
- › Sobre o registo de fitofármacos e a habilitação dos aplicadores de produtos fitofarmacêuticos.

DEFENDER A SOBERANIA ECONÓMICA E MONETÁRIA! APOSTAR NO DESENVOLVIMENTO! FAZER AVANÇAR O PAÍS!

LIBERTAR PORTUGAL DOS CONSTRANGIMENTOS E IMPOSIÇÕES DO EURO E DA UNIÃO EUROPEIA

DENUNCIARAM
OS OBJECTIVOS
DO APROFUNDAMENTO
DOS PILARES FEDERALISTAS
E NEOLIBERAIS
DA UNIÃO EUROPEIA
E AS CONSEQUÊNCIAS
NEGATIVAS DAÍ RESULTANTES,
NOMEADAMENTE
DE ATAQUE AOS DIREITOS
DOS TRABALHADORES
E AOS SERVIÇOS PÚBLICOS.

OS DEPUTADOS DO PCP no PE afirmaram a necessidade de libertar o País das imposições e dos constrangimentos da UE e em particular da União Económica e Monetária – do Euro – que contrariam o necessário rumo de desenvolvimento, progresso e justiça social e comprometem a soberania e a independência do País.

Rejeitaram a “governança económica” da União Europeia enquanto instrumento de ingerência, de chantagem e de imposição de políticas neoliberais.

Denunciaram as consequências da perda de soberania monetária e económica e do aprofundamento da financeirização e da liberalização da economia.

Denunciaram os objectivos do aprofundamento dos pilares federalistas e neoliberais da União Europeia e as consequências negativas daí resultantes, nomeadamente de ataque aos direitos dos trabalhadores e aos serviços públicos.

Apresentaram de forma inequívoca as **consequências e prejuízos** para Portugal da adesão à moeda única – ao Euro – e da perda de soberania monetária.

DÍVIDA PÚBLICA EM PORTUGAL (1991 2017)



Fonte: PORDATA

DEFENDER OS INTERESSES DO POVO E DO PAÍS!

Os deputados do PCP no PE propuseram:

- › Revogar o Pacto de Estabilidade e Crescimento;
- › Revogar o Tratado Orçamental;
- › Revogação do Semestre Europeu, dos seus mecanismos e instrumentos;
- › O fim da União Económica e Monetária (UEM) e a recuperação da soberania económica e monetária;
- › O fim da União Bancária e a recuperação e controlo público pelos Estados-membros do seu sistema bancário;
- › A renegociação da dívida nos seus prazos montantes e juros;
- › O reforço do papel do sector público financeiro e a subordinação do poder económico ao poder político democrático;
- › O fim da União dos Mercados de Capitais;
- › O fim dos paraísos fiscais no seio da União Europeia.

Os Deputados do PS, PSD e CDS rejeitaram propostas dos deputados do PCP no PE que garantiam:

- › A elaboração de planos de emergência para apoiar as economias dos países intervencionados pela troika;
- › A instituição de programas de apoio, que previsssem compensações adequadas pelas consequências sociais e económicas da adesão à moeda única, para os países que decidam sair do euro por entenderem que a sua presença na União Económica e Monetária (UEM) prejudica o seu desenvolvimento e se tornou insustentável.



EURO DUAS DÉCADAS PERDIDAS PARA PORTUGAL!

Nos **20 anos antes da adesão ao Euro**, Portugal cresceu a uma média anual de 3,19%, acima das médias mundial e da UE.

Nos **20 anos depois da adesão ao Euro**, Portugal cresceu a uma média anual de 0,85%, abaixo da média mundial e da UE.

Hoje, **20 anos volvidos desde a adesão ao Euro**, apenas 12 dos 193 países da ONU tiveram taxas de crescimento abaixo das de Portugal.

OS DEPUTADOS DO PCP no PE opuseram-se ao projecto da “**União Bancária**”, que determina a perda de soberania das instituições nacionais sobre o sistema bancário, e que tem como objectivo central a privatização e concentração do sector bancário e a criação de um oligopólio bancário no âmbito da União Europeia. Opuseram-se igualmente à **União dos Mercados de Capitais**, a qual pretende aprofundar a financeirização da economia e liberalizar ainda mais o sector financeiro. **Inquiriram o Banco Central Europeu (BCE)**, nomeadamente no que se refere ao papel deste último na **intervenção da troika** em países da Zona Euro e nos programas de resolução de diversos bancos, **como o BES e o BANIF**.

Os deputados do PCP no PE **rejeitaram a criação de impostos europeus** afirmando que o **Orçamento da UE deve resultar de contribuições dos Estados-membros com base no respectivo Rendimento Nacional Bruto (RNB)** e ter como objectivo o **assegurar de uma função redistributiva, contribuindo para uma efectiva coesão económica e social** e não para a acentuação da divergência na UE.

Os deputados do PCP no PE **defenderam a eliminação dos paraísos fiscais**, nomeadamente na UE, e propuseram igualmente que os países e as instituições da UE promovessem e apoiassem a realização de uma **cimeira ao nível das Nações Unidas** para estabelecer um roteiro e plano de acção conjunto com este objectivo.

Os deputados do PCP no PE apelaram à **cooperação entre os Estados tendo em vista a ampliação da base tributável sobre grandes empresas**, eliminando vazios legais, isenções e deduções; defenderam a necessidade de impor o controlo, a regulamentação e a **taxação da circulação de capitais** e das actividades financeiras como formas mais eficazes de **combater a fraude e a evasão fiscais**.

Na sequência dos vários escândalos fiscais, os deputados do PCP no PE **integraram a Comissão de Inquérito e as três Comissões Especiais criadas em torno da fraude e evasão fiscal**, onde denunciaram as práticas e instrumentos existentes que legitimam esses crimes. Questionaram a Comissão Europeia e o Conselho da UE, solicitando esclarecimentos e recolocando a urgência da **eliminação de paraísos fiscais**, da proibição de operações com recurso a paraísos fiscais, do **controlo público da banca e do fim da livre circulação de capitais**.

Os deputados do PCP no PE intervieram activamente defendendo o **reforço substancial do orçamento da UE**, para que este pudesse contrariar a divergência e acentuação de desigualdades entre Estados-membros, servindo os propósitos da «**coesão económica e social**». A contínua redução do **valor para a «coesão»**, que atingiu o **nível mais baixo de sempre**, está longe de dar essa resposta. Por outro lado, os sucessivos aumentos das verbas alocadas à «segurança e defesa», ao militarismo, mereceram a forte oposição dos deputados do PCP no PE.

ORÇAMENTO DA UNIÃO EUROPEIA: RECLAMAR PARA O PAÍS OS RECURSOS E MEIOS, REFORÇAR OS FUNDOS PARA A «COESÃO ECONÓMICA E SOCIAL»

SOBRE A «COESÃO ECONÓMICA E SOCIAL»...

“O processo de integração capitalista europeu, pela sua natureza, dinâmica e objectivos, é intrinsecamente gerador de divergência e de desigualdade. É este o resultado do mercado único, das políticas comuns, da moeda única, dos tratados e demais legislação da UE. À medida que se aprofundam estes instrumentos, aprofunda-se também a divergência e a desigualdade.

A coesão (nas suas várias modalidades: económica, social, territorial) não é, nunca foi, um objectivo da UE. Foi sendo antes um paliativo para impedir que a incoesão atinja proporções dificilmente toleráveis. Um paliativo que sempre se revelou insuficiente e que hoje o é mais do que nunca. Além de insuficiente é perverso, por estar crescentemente associado a estímulos à prossecução das políticas e caminhos que geram a divergência.”

Portugal e a UE, nº 69, Junho 2016

OS DEPUTADOS DO PCP no PE apresentaram dezenas de propostas de alteração ao Orçamento da UE, introduzindo medidas que contrariassem os aspectos mais negativos do Orçamento, reforçando as rubricas de apoio à «coesão económica e social» e às actividades produtivas. De conteúdo e alcance diversificados, estas propostas fundamentaram-se num firme propósito de defesa dos interesses nacionais, dos trabalhadores e do povo português e na necessidade de afirmação de outras políticas e de um outro rumo para a Europa, assente no respeito pelos valores do progresso e da justiça social, da paz e da cooperação entre Estados soberanos e iguais em direitos.

DEFENDER O INTERESSE NACIONAL, CANALIZAR RECURSOS PARA O DESENVOLVIMENTO E A COESÃO!

Algumas das propostas de alteração apresentadas pelos deputados do PCP no PE aos Orçamentos da UE:

- › Planos de emergência para apoiar as economias dos países intervencionados pela *troika*;
- › Programa de apoio aos Estados-membros em caso de saída negociada do Euro;
- › Promoção e incentivo ao associativismo das Micro, Pequenas e Médias Empresas;
- › Apoios ao sector leiteiro;
- › Apoios para as respostas às emergências e catástrofes, nomeadamente os incêndios em Portugal que ocorreram em 2017;
- › Apoio à gestão das zonas especiais de conservação da rede Natura 2000;
- › Valorização do peixe e desenvolvimento de novos produtos (espécies sem valor comercial);
- › Seguros para pescadores;
- › Promoção do transporte para pessoas com deficiência;
- › A protecção e defesa da saúde pública;
- › Acesso a medicamentos inovadores na UE;
- › Promoção do aleitamento materno na UE e em países em desenvolvimento;
- › Apoio à criação de redes de ensino pré-escolar;
- › Apoio e incentivos à criação de artesanato e aos produtos regionais;
- › Apoio ao ensino de música e ao ensino artístico;
- › Apoio à preservação e restauro dos centros históricos urbanos e rurais;
- › Apoio à construção de infraestruturas de saneamento e de abastecimento de água;
- › Promoção do multilinguismo por via do reforço dos serviços de interpretação e tradução do PE.

OS DEPUTADOS DO PCP NO PE QUESTIONARAM A COMISSÃO EUROPEIA SOBRE:

- › Os atrasos nos pagamentos e a execução dos Fundos Estruturais;
- › As contribuições financeiras do orçamento da UE ao Estado de Israel;
- › A modernização da linha ferroviária portuguesa.

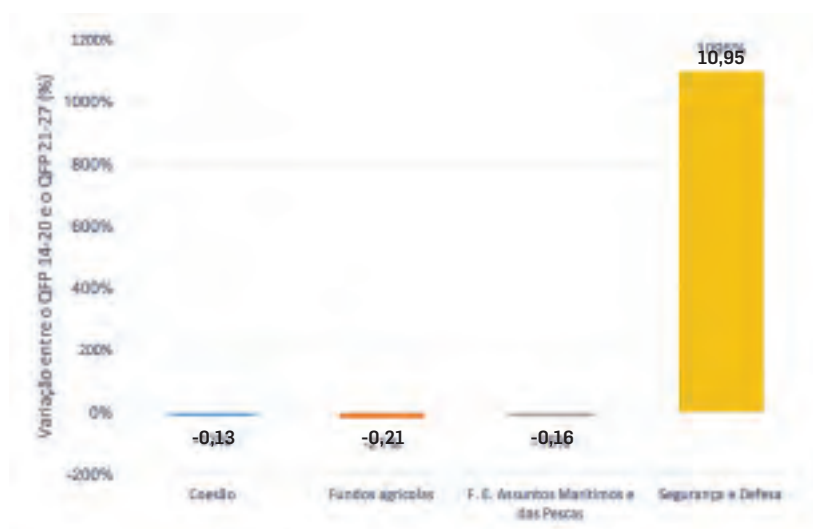
O ACTUAL mandato ficou igualmente marcado pela intensa intervenção dos deputados do PCP no PE na discussão e proposta para o **Quadro Financeiro Plurianual 2021-2027**, com a apresentação de propostas que visam combater todas as decisões prejudiciais ao País – como o **cutre das verbas destinadas à «coesão económica e social»** e à Política Agrícola Comum, a manutenção ou mesmo agravamento dos princípios de condicionalidade na atribuição e aplicação das verbas – e procurando mobilizar a favor do País todos os meios, recursos e possibilidades.

«COESÃO ECONÓMICA E SOCIAL»?

O valor proposto pela Comissão Europeia para o Quadro Financeiro Plurianual 2021-2027 representa o **valor mais baixo de sempre** em relação ao Rendimento Nacional Bruto dos Estados-Membros, o que **desmente qualquer prioridade da UE** quanto à «coesão económica e social» ou qualquer ideia de solidariedade no seio da UE.

A proposta da Comissão Europeia, todavia, dá continuidade a opções que já vêm do passado: menos coesão, mais neoliberalismo, mais militarismo e securitarismo.

VARIAÇÃO DO PESO DAS GRANDES RÚBRICAS NO QUADRO FINANCEIRO PLURIANUAL



Fonte: Comissão Europeia (2018)

OS DEPUTADOS DO PCP no PE intervieram activamente nas discussões, negociações e votações sobre todos os regulamentos dos fundos estruturais e de investimento, apresentando propostas que visaram combater todas as decisões prejudiciais ao País – como a diminuição das dotações do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER), Fundo Social Europeu (FSE), Fundo Europeu Agrícola e de Desenvolvimento Rural (FEADER), Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e das Pescas (FEAMP), Fundo de Coesão –, a par de outros fundos e programas com relevância, como o Programa-Quadro de Investigação (Horizonte Europa), o Programa Life Ambiente e, por razões diversas, o Fundo Europeu de Defesa e o novo Fundo Europeu para as Migrações e Asilo. Defenderam que o **investimento público associado ao cofinanciamento nacional na utilização de fundos estruturais não deve ser contabilizado para o défice.**

COMBATER AS ASSIMETRIAS REGIONAIS! ASSEGURAR OS DIREITOS DAS POPULAÇÕES!

Os deputados do PCP no PE foram relatores por de parecer legislativo sobre o Regulamento do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER) e Fundo de Coesão (FC), que viria a ser rejeitado pelos deputados do grupo do Partido Popular Europeu e parte dos deputados do grupo Socialistas & Democratas. Ali se propunha, entre outros aspectos:

- › Que os objectivos específicos para o FEDER e o FC se centrassem no objectivo geral, primordial, de redução das disparidades entre os níveis de desenvolvimento dos vários países e regiões na UE;
- › A redução dos atrasos das regiões menos favorecidas, evitando a redução das opções de investimento dos Estados-membros;
- › Enquadrar o investimento por critérios gerais de desenvolvimento económico, justiça social e sustentabilidade ambiental;
- › Incluir o apoio ao reforço e modernização dos serviços públicos nos objectivos específicos do Regulamento;
- › Garantir um acrescido nível de apoio à “Mobilidade nacional, regional e local sustentável e acessível”, retirando o foco exclusivo das “Redes Transeuropeias”;
- › Eliminar restrições ao investimento na ferrovia, tanto em infraestruturas como em material circulante, e permitir o financiamento de infraestruturas aeroportuárias em países como Portugal (opção excluída na proposta da Comissão Europeia);
- › O reforço das políticas públicas no domínio da habitação, eliminando as restrições existentes na proposta da Comissão Europeia;
- › A possibilidade de mobilização do Fundo de Coesão para a promoção e desenvolvimento do parque habitacional público;
- › A inclusão nos objectivos específicos do Regulamento dos investimentos que contribuam para assegurar o direito à água, à saúde, à educação, ao conhecimento, à cultura e ao desporto.

OS DEPUTADOS DO PCP no PE defenderam o reforço de verbas do FEDER e Fundo de Coesão, o alargamento do Fundo de Coesão ao financiamento de programas de promoção de **habitação pública**, a eliminação das restrições existentes no **financiamento** do FEDER à **ferrovia e a novos aeroportos**, e o alargamento dos objectivos do FEDER e Fundo de Coesão de forma a abranger a **reindustrialização** de áreas afectadas pela desindustrialização e o apoio ao reforço e **modernização de serviços públicos**, entre muitas outras propostas concretas. Questionaram a Comissão Europeia quanto à avaliação dos efeitos da aplicação dos fundos destinados à reabilitação urbana na coesão do tecido económico e social das cidades onde estes têm sido aplicados.

AUMENTAR OS MEIOS FINANCEIROS PARA UMA EFECTIVA COESÃO ECONÓMICA E SOCIAL!

Os Fundos destinados à coesão, à agricultura e às pescas sofreram, na proposta da Comissão Europeia, o maior corte de sempre.

Os deputados do PCP no PE propuseram um aumento substancial dos mesmos, chumbado com os votos dos deputados de PS, PSD e CDS. Os mesmos que se contentaram com a reposição dos valores do anterior QFP2014-2020 na proposta do PE, que já havia consagrado o maior corte na coesão!

POR UM JUSTO E REDISTRIBUTIVO ORÇAMENTO COMUNITÁRIO!

Algumas das propostas dos deputados do PCP no PE para o QFP 2017-2021 rejeitadas com os votos contra do PS, PSD e CDS:

- › Aumento do QFP com vista ao reforço das verbas destinadas à coesão económica e social, com particular atenção para as regiões menos desenvolvidas, as regiões em transição nacionais e para as regiões ultra-periféricas (como os Açores e a Madeira);
- › Defesa da função redistributiva do orçamento, com a garantia de uma atribuição mínima das verbas por país naqueles fundos onde não estejam previstas, como é o caso do Programa-Quadro de Investigação;
- › Aumento da margem de manobra dos Estados-membros na determinação da utilização dos fundos, alinhando-a com as suas prioridades e opções e não com os objectivos estratégicos da UE, definidos em função dos interesses das suas principais potências.

OS DEPUTADOS DO PCP no PE denunciaram a ilusão do chamado Plano Juncker, continuado agora com o Programa InvestEU, que mais não são que instrumentos financeiros de carácter competitivo destinado a alimentar as PPP, do qual beneficiarão primordialmente os grandes grupos económicos e financeiros. Defenderam a **criação de um programa de investimento público** que respondesse às necessidades reais e prementes de cada Estado-membro, **direccionado para o apoio a projectos e infraestruturas públicas**, incluindo os que fossem capazes de captar e promover investimento privado e de contribuir para a modernização do tecido produtivo em Portugal, com a criação de emprego com direitos e que estivesse genuinamente **orientado para a coesão social, económica e territorial** e que fosse livre de constrangimentos da UE.

COMBATE AO DOMÍNIO DO CAPITAL FINANCEIRO!

Os deputados do PCP no PE questionaram as instituições da UE sobre:

- › O valor das comissões bancárias;
- › Os conflitos de interesses nas instituições da UE;
- › A evasão e elisão fiscais de multinacionais e as responsabilidades de altos representantes da UE;
- › Os paraísos fiscais;
- › Os processos de resolução da banca em Portugal;
- › A recapitalização da banca em Portugal;
- › O impacto das políticas de austeridade e da intervenção da troika em Portugal;
- › O processo de chantagens e ameaça de sanções da UE a Portugal.

OS DEPUTADOS DO PCP no PE afirmaram as **consequências do mercado único**, que tem promovido a desregulamentação da economia, um maior domínio económico por parte das multinacionais e das grandes potências, uma maior divergência entre Estados-membros e assimetrias regionais, com o aumento das desigualdades, nomeadamente em países como Portugal, criando mais e maiores obstáculos às Pequenas e Médias Empresas (PME), em benefício das multinacionais e dos grandes grupos económicos, que consolidam e alargam a sua hegemonia no quadro da UE.

COMBATE À CONCENTRAÇÃO DE CAPITAL!

Os deputados do PCP no PE questionaram a Comissão Europeia sobre:

- › A concertação de preços dos combustíveis;
- › Os abusos de poder de mercado da grande distribuição;
- › A assunção do risco de desvalorização dos imóveis no crédito à habitação;
- › A compra da Monsanto pela Bayer;
- › As mudanças de hora sazonais.



DEFENDER A SOBERANIA E DEMOCRACIA! LUTAR POR UMA OUTRA EUROPA DE COOPERAÇÃO ENTRE ESTADOS SOBERANOS E IGUAIS EM DIREITOS!

ACOMPANHARAM
ACTIVAMENTE A REVISÃO
DO REGIMENTO DO PE
DENUNCIANDO AQUILO QUE
SIGNIFICOU DE ATAQUE
À DEMOCRACIA,
AO PLURALISMO
E À TRANSPARÊNCIA
NO FUNCIONAMENTO
DO PARLAMENTO EUROPEU.

OS DEPUTADOS DO PCP no PE denunciaram as consequências para Portugal do aprofundamento da UE e dos seus pilares estruturais: **federalismo, neoliberalismo e militarismo.**

Denunciaram os sucessivos **ataques à soberania e à democracia** protagonizados pelas instituições da UE.

Afirmaram a necessidade de **lutar por uma outra Europa**. Uma Europa de **efectiva cooperação entre Estados iguais em direitos**, que se baseie no respeito pela **soberania nacional**, orientada para o **desenvolvimento social e económico mutuamente vantajoso**. Uma Europa de **progresso e justiça social** que promova os valores da **paz, da solidariedade, do respeito pelo ambiente e pela promoção da identidade e diversidade culturais**. Uma Europa dos trabalhadores e dos povos.

Afirmaram a **necessidade de rupturas, democráticas e progressistas**, que possibilitem a edificação de um novo quadro de cooperação na Europa. Rupturas que exigem a **defesa da soberania nacional**, contrária à consolidação da UE e do seu projecto federalista. **Afirmaram a defesa dos interesses nacionais, a defesa da livre escolha pelos povos do rumo de desenvolvimento para os seus países, nomeadamente daqueles que decidam de forma soberana sair da União Europeia, como é o caso do Reino Unido.** Um caminho que se opõe aos objectivos da UE de concentração e centralização do poder político e económico favoráveis ao grande capital e às principais potências.

Pode destacar-se a intervenção dos deputados do PCP no PE sobre o **Acordo Interinstitucional Legislar Melhor** que coloca a "competitividade" como primeiro e absoluto critério na determinação da oportunidade, conteúdo e harmonização da legislação da UE, em detrimento da autonomia e legislação nacionais. Denunciaram as novas e gravosas limitações à democraticidade do processo legislativo e decisório que o acordo introduz, concentrando poder legislativo na Comissão Europeia, num figurino que beneficia o grande capital, os grandes grupos económicos e financeiros e as grandes potências.

Acompanharam activamente a revisão do Regimento do PE **denunciando aquilo que significou de ataque à democracia, ao pluralismo e à transparência no funcionamento do Parlamento Europeu.** Os deputados do PCP no PE tiveram uma forte intervenção sobre este documento, contribuindo com mais de cinquenta propostas de alteração. **Propostas que visaram o reforço da capacidade de intervenção dos deputados nas mais diversas áreas de actuação do PE e contrariar:** uma forte limitação da iniciativa individual dos deputados e dos grupos políticos de menor dimensão; a instituição de processos legislativos rápidos, ditos

“fast-track”, que limitam a intervenção dos deputados; a limitação altamente restritiva do número de perguntas escritas que os deputados podem colocar às instituições da UE; os constrangimentos à apresentação de propostas de alterações, quer em comissão parlamentar, quer em plenário; a extinção das declarações escritas – um instrumento de intervenção a que, por diversas vezes, os deputados do PCP no PE recorreram.

Mesmo antes de terminar o mandato foram introduzidas novas alterações ao Regimento do Parlamento Europeu que criam novas exigências à formação de grupos políticos parlamentares, com base num critério arbitrário e subjectivo de “afinidade política”, procurando limitar o exercício da democracia e o pluralismo no PE através da formação e funcionamento dos grupos consoante o modelo e lógica federalista da União Europeia – alterações da responsabilidade da direita e social-democracia, e aprovadas com os votos dos deputados portugueses do PS, PSD e BE.

SALVAGUARDAR A CAPACIDADE DE INTERVENÇÃO DOS DEPUTADOS NO PARLAMENTO EUROPEU!

Os deputados do PCP no PE apresentaram **mais de 50 alterações ao Regimento do PE**, procurando **alargar o âmbito e capacidade de intervenção dos deputados nesta instituição** – propostas que foram rejeitadas, com os votos dos deputados do PS, PSD e CDS, que, por sua vez, contribuíram com o seu voto para um Regimento do PE que impõe limitações e restrições à intervenção dos deputados e grupos políticos de menor dimensão.

Os deputados do PCP no PE dinamizaram uma petição online contra as alterações do Regimento do Parlamento, **em defesa da democracia, do pluralismo e da transparência.**

O PROCESSO de saída do Reino Unido da UE foi acompanhado de perto pelos deputados do PCP no PE. Estes protagonizaram uma intervenção constante e consequente, enquadrada no **respeito pela vontade soberana do povo britânico** e na **rejeição das chantagens e condicionamentos da UE**; na **defesa e preservação dos direitos dos trabalhadores portugueses** que trabalham e vivem no Reino Unido; na **salvaguarda dos interesses de Portugal** e na possibilidade de celebração de acordos bilaterais com o Reino Unido. Os deputados do PCP no PE **visitaram a comunidade portuguesa no Reino Unido** para conhecer preocupações e divulgar a sua intervenção no PE.

SALVAGUARDAR OS DIREITOS DA COMUNIDADE PORTUGUESA NO REINO UNIDO!

Na resolução do PE sobre o ponto da situação das negociações com o Reino Unido, os deputados do PCP no PE apresentaram uma importante proposta para **salvaguardar os interesses e direitos da comunidade portuguesa** – proposta que foi rejeitada com os votos contra dos deputados do PS, PSD e CDS PP:

- › «que o acordo de retirada entre a UE e o Reino Unido não deveria redundar num enfraquecimento das normas relativas aos direitos dos trabalhadores, nem de outros direitos sociais, designadamente o direito de residência, o direito à igualdade de tratamento, o direito de acesso aos serviços públicos de cuidados de saúde e de educação, o direito a exportar as prestações de segurança social, o direito ao reagrupamento familiar, o reconhecimento mútuo das habilitações académicas e das qualificações profissionais, entre outros exemplos importantes».

O PROCESSO de saída do Reino Unido da UE determinou a necessidade de discutir a **recomposição do PE** e a redistribuição de mandatos pelos Estados-membros. Os deputados do PCP no PE apresentaram propostas que contrariaram o acordo político que viria a ser aprovado no PE e que determinou: a **redução de 751 para 705 deputados**; o **aumento de deputados dos países que já detinham um maior número de deputados** (excepto Alemanha que já tem o número máximo permitido pelos tratados), **aumentando ainda mais o peso proporcional das grandes potências no PE**. As propostas apresentadas pelos deputados do PCP no PE demonstraram **ser possível**, no quadro da manutenção do número actual de deputados (751), **compensar os Estados-membros que, como Portugal, foram prejudicados com a perda de deputados no quadro de anteriores alargamentos da UE**. No caso de Portugal, era possível garantir a **recuperação dos quatro deputados perdidos**, passando dos actuais 21 para 25 deputados.

POR UMA JUSTA E ADEQUADA REDISTRIBUIÇÃO DO NÚMERO DE MANDATOS DOS DIFERENTES PAÍSES NO PARLAMENTO EUROPEU!

Os deputados do PCP no PE apresentaram uma proposta no sentido de **manter 751 deputados no Parlamento Europeu e de, assim, compensar os Estados-membros que mais foram prejudicados com os alargamentos, como Portugal** – esta proposta não foi apoiada pelos deputados do PS, PSD, CDS e BE. A aprovação desta proposta dos deputados do PCP no PE teria contribuído para que Portugal pudesse passar dos actuais 21 para 25 deputados (número de deputados que já teve anteriormente no PE).

Os deputados do PCP no PE foram os únicos deputados portugueses a votar contra a proposta da próxima distribuição de mandatos no Parlamento Europeu por país, que é prejudicial aos interesses de Portugal!

OS DEPUTADOS DO PCP no PE estiveram na primeira linha **contra a chantagem e a ameaça de sanções a Portugal**, denunciando a relação daquelas ameaças com os constrangimentos e mecanismos de ingerência da "governança económica" da UE.

Os deputados do PCP no PE **rejeitaram repetidamente a intenção de acentuar instrumentos de controlo, ingerência e ataque à soberania a pretexto e instrumentalizando hipocritamente a defesa de direitos**, incluindo a proposta de criação de um "*Mecanismo da UE para a democracia, o Estado de direito e os direitos fundamentais*", que defende e aprofunda a lógica da chantagem, de pressões e de sanções aos Estados-membros, ao mesmo tempo que na UE se implementam políticas que visam nivelar por baixo os padrões de direitos sociais, incluindo os laborais, que desrespeitam direitos fundamentais e a expressão da vontade soberana dos povos, a democracia.

Os deputados do PCP no PE foram **os únicos deputados portugueses** a recusar peremptoriamente a introdução de um novo mecanismo de pressão, que pretende condicionar a atribuição de fundos comunitários **ao cumprimento pelos Estados das determinações políticas da União Europeia**. Foi com este objectivo que rejeitaram, no âmbito do próximo Quadro Financeiro Plurianual 2021-2027, a mesma lógica de chantagens e sanções e o reforço da condicionalidade da atribuição de fundos comunitários ao cumprimento das regras do Euro e à implementação das denominadas «reformas estruturais» – constrangimentos que, ao serem postos em prática, só prejudicarão os trabalhadores e o povo do Estado-membro sancionado. Neste campo, importa destacar a **aprovação de uma proposta subscrita pelos deputados do PCP no PE que rejeita a condicionalidade macroeconómica na utilização dos fundos comunitários por cada país**.

NÃO ÀS SANÇÕES DA UE CONTRA OS ESTADOS-MEMBROS!

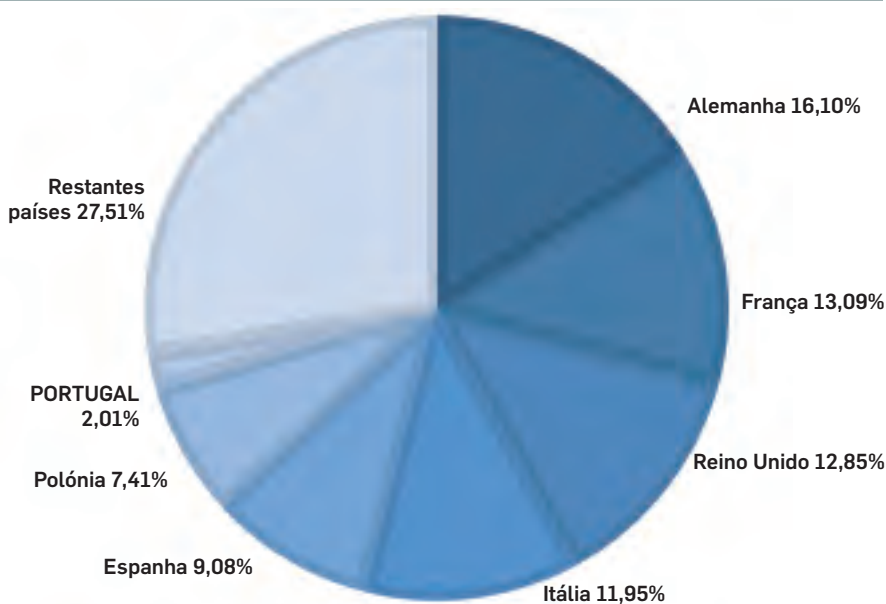
Os deputados do PCP no PE foram os únicos deputados portugueses que rejeitaram políticas sancionatórias dirigidas contra os Estados!

O PRINCÍPIO DA UNANIMIDADE no Conselho da União Europeia é um imprescindível mecanismo de defesa dos interesses nacionais, contra a imposição supranacional de orientações e decisões contrárias a esses interesses. O método e a forma da tomada de decisões no Conselho têm sofrido alterações nos últimos anos, com um crescente número de áreas de decisão em que se deixou de aplicar o princípio da unanimidade. A **Comissão Europeia apresentou um roteiro que pretende acabar com o princípio de unanimidade** na maior parte das decisões onde este ainda vigora.

O fim do princípio da unanimidade significa transferir, dos países menos populosos, o poder de decisão e de legislação para os mais populosos. Significa que à mesa das negociações há Estados que valem mais do que outros, o que implica uma negociação desigual. Significa que os Estados menos populosos ficam mais permeáveis à chantagem dos mais populosos e, por isso, mais facilmente subjugados aos interesses das grandes potências. Significa um aprofundar do fosso entre «pequenos» e «grandes» e, em última análise, uma deterioração da soberania nacional e da democracia.

Passar do princípio da unanimidade para a votação por maioria qualificada significa que Portugal perde um vital instrumento para defender os seus interesses. Os deputados do PCP no PE rejeitam o fim do princípio da unanimidade. O que se exige não é a alienação de mais parcelas da nossa soberania, mas sim a necessidade de Portugal recuperar as parcelas de soberania perdidas. Esta é uma condição necessária para responder aos problemas do País e aos anseios e aspirações do povo português.

PESO DOS VOTOS NO CONSELHO EUROPEU



VALORIZAR A PRODUÇÃO ARTÍSTICA E O ACESSO À CULTURA! PROMOVER A CULTURA E A LÍNGUA PORTUGUESAS!

OS DEPUTADOS DO PCP
NO PE DEFENDERAM
A DEMOCRATIZAÇÃO
DA CULTURA, A LIBERDADE
DE CRIAÇÃO E FRUIÇÃO
CULTURAIS,
O MULTILINGUISMO E A
DIVERSIDADE CULTURAL,
ASSIM COMO RECUSARAM
A SUBMISSÃO DA CULTURA
À ESTRITA LÓGICA
DO MERCADO.

A DIRECTIVA dos Direitos de Autor no Mercado Único Digital foi um dos documentos mais relevantes e que mais atenção suscitou nesta legislatura. Os deputados do PCP no PE participaram activamente neste processo apresentando relevantes propostas.

Os deputados do PCP no PE defenderam que se consagrasse na legislação, de forma inequívoca e precisa, a **obrigatoriedade dos autores, criadores, artistas, intérpretes, jornalistas, receberem a devida retribuição financeira pela utilização das suas obras e do seu trabalho**. Objectivo que deveria responsabilizar, na sua concretização, as grandes empresas responsáveis e proprietárias dos veículos ou suportes de divulgação ou comunicação e as empresas proprietárias dos meios de divulgação.

Na óptica dos deputados do PCP no PE é destas grandes empresas que os autores devem ser protegidos e não dos utilizadores e público em geral. **Uma justa retribuição que não é incompatível com a divulgação tão ampla quanto possível das obras, e que tão pouco deve justificar soluções perversas, envolvendo práticas hipervigilantes ou de censura digital** defendidas pela directiva, nomeadamente no famoso Artigo 13º.

Os deputados do PCP no PE defenderam a democratização da cultura, a liberdade de criação e fruição culturais, o multilinguismo e a diversidade cultural, assim como recusaram a submissão da cultura à estrita lógica do mercado.

NÃO À DIRECTIVA SOBRE OS DIREITOS DE AUTOR NO MERCADO ÚNICO DIGITAL

Os deputados do PCP no PE questionaram o Conselho sobre os problemas constantes na Proposta de Directiva sobre os Direitos de Autor no Mercado Único Digital e sobre a remuneração dos criadores culturais a partir das receitas das plataformas digitais.

Os deputados do PCP no PE foram os únicos deputados portugueses que tomaram a iniciativa de apresentar propostas de alteração, da sua autoria, a esta Directiva aquando da sua discussão em Plenário.

As várias propostas de alteração à Directiva apresentadas pelos deputados do PCP no PE visaram **responder às justas reivindicações dos autores, e acautelar também as preocupações que lhes foram transmitidas por diversas instituições públicas, com actividade no domínio do ensino e da cultura** – propostas que foram rejeitadas pela maioria do PE.

OS DEPUTADOS DO PCP no PE defenderam o respeito e salvaguarda intransigente da **identidade cultural de cada país e do multilinguismo**. Recusaram quaisquer discriminações neste domínio, apresentaram várias alterações aos projectos de orçamento comunitário no sentido de **reverter a tendência para reduzir as dotações dos serviços de interpretação e tradução no PE**.

Intervieram na **defesa, valorização e promoção da cultura e da língua portuguesas**, nomeadamente no apoio e acessibilidade a todos, sobre os apoios às línguas gestuais e aos intérpretes profissionais de língua gestual, acerca da **Lei europeia da acessibilidade**.

Deram voz às muitas denúncias de vários problemas na cultura e educação, decorrentes da política de direita e dos constrangimentos da UE, nomeadamente do programa de agressão da *troika* contra Portugal e o povo português.

O **respeito da diversidade e identidade cultural** e a garantia de **acesso de todos à cultura**, através da sua promoção numa perspectiva de abertura, cooperação e igualdade entre todos os povos, com a formulação de **políticas públicas de apoio à criação, produção e fruição culturais**, foi outro dos princípios que pautou a actuação dos deputados do PCP no PE.

Contribuíram para a **defesa e divulgação do património cultural nacional, regional e local**, erudito e popular, tradicional ou actual, como forma de salvaguarda e promoção da identidade e da independência nacionais, através de iniciativas, visitas e encontros.

Os deputados do PCP no PE questionaram a Comissão Europeia, nomeadamente no âmbito do **Programa Europa Criativa**, sobre os **apoios da UE** que podem ser mobilizados para apoiar **géneros tradicionais de teatro e de performance artística**, actividade de grupos e **recuperação de património construído**, e sobre que formas podem ser consideradas para a **valorização imaterial da "Revista à Portuguesa"**, enquanto género eminentemente português e popular, marca do património cultural. Apresentaram propostas específicas como o **aumento das rubricas do programa Europa Criativa e seus subprogramas**. Questionaram a Comissão Europeia sobre o **encerramento da Orquestra de Juventude da UE**, as questões de **concorrência no sector das indústrias culturais e recreativas**, a **redução do IVA dos instrumentos musicais**, a decisão de não conceder apoios ao **Festival Festróia**, ou sobre o apoio a companhias teatrais e à cooperação entre elas a nível europeu.

Os deputados do PCP no PE **denunciaram e combateram a consagração da ideia mercantilista da cultura**.

APOIAR A CULTURA!

- › Os deputados do PCP no PE propuseram uma taxa de IVA reduzida para os instrumentos musicais, no entanto esta proposta foi rejeitada com os votos contra dos deputados de PSD e CDS e a abstenção dos deputados do PS;
- › Os deputados do PCP no PE propuseram aumentar o financiamento comunitário à cultura no programa Europa Criativa e criar novos programas e linhas de financiamento para apoio à cultura, no entanto esta proposta foi rejeitada com os votos contra dos deputados portugueses de PS, PSD e CDS.

AFIRMAR A PAZ, A AMIZADE E A SOLIDARIEDADE COM TODOS OS POVOS DO MUNDO

RESPEITAR OS PRINCÍPIOS DA CARTA DAS NAÇÕES UNIDAS

DEFENDER O DIREITO
À AUTO-DETERMINAÇÃO
DOS POVOS, A SOLUÇÃO
POLÍTICA DOS CONFLITOS
INTERNACIONAIS
E A COOPERAÇÃO PARA
O DESENVOLVIMENTO

OS DEPUTADOS DO PCP no PE denunciaram o aumento do número de zonas de conflito, situações de emergência e crises prolongadas em diversas regiões do mundo. Realidades que são expressão do carácter desumano, explorador e agressivo do sistema capitalista, e que tem causas e responsáveis: a crescente exploração e desigualdades sociais; os processos de desestabilização e as guerras de agressão que o imperialismo promove em vários pontos do globo; a política de domínio económico e de saque dos recursos naturais.

Os deputados do PCP no PE defenderam uma necessária ruptura com as políticas e orientações da UE e uma genuína e reforçada cooperação, respeitadora da soberania e do direito ao desenvolvimento dos países economicamente menos desenvolvidos.

A intervenção dos deputados do PCP no PE norteia-se pelo respeito dos princípios consagrados na Constituição da República Portuguesa – nomeadamente o seu artigo 7º – e na Carta das Nações Unidas e do direito internacional, do direito dos povos à auto-determinação, da soberania, independência e integridade territorial dos Estados, dos princípios da não ingerência e da solução pacífica dos conflitos internacionais; pelo combate a todas as formas de exploração, opressão e agressão aos povos, incluindo o neocolonialismo – dando com a sua intervenção um contributo para a luta anti-imperialista.

Os deputados do PCP no PE pautaram a sua intervenção pela defesa da garantia do direito de acesso à terra pelas comunidades locais; à alimentação e nutrição adequadas, através da implementação de medidas que promovam o acesso e a utilização de recursos autóctones essenciais à sobrevivência e à soberania alimentar das populações locais; o apoio à criação de sistemas públicos de saúde e de educação, universais e gratuitos e à formação de pessoal especializado nestes domínios; o combate à hegemonia das multinacionais farmacêuticas no desenvolvimento de novos fármacos, nomeadamente através do domínio das patentes; o apoio ao desenvolvimento de serviços públicos essenciais, como no domínio da água e saneamento, a defesa da anulação da dívida externa dos países em vias de desenvolvimento.

A solidariedade com outros povos teve igualmente expressão na intervenção dos deputados do PCP no PE tendo em conta epidemias e catástrofes naturais em outras regiões do mundo, com a apresentação de várias perguntas à Comissão Europeia sobre a ajuda a mobilizar para o apoio aos países e populações vítimas daqueles eventos.

PELA PAZ E O DESARMAMENTO! CONTRA A GUERRA E O MILITARISMO!

DEFENDER A PAZ, condenar a política militarista, securitária e belicista da UE e da NATO tem sido uma constante na intervenção dos deputados do PCP no PE, nomeadamente pela coerente rejeição: do reforço da Política Comum de Segurança e Defesa, da Cooperação Estruturada Permanente; do Programa Europeu de Desenvolvimento da Indústria da Defesa; do Fundo Europeu da Defesa, da livre e rápida circulação de tropas e material militar entre Estados-membros e para lá das fronteiras dos Estados-membros da UE, da denominada Mobilidade Militar; do reforço de verbas para a Segurança e a Defesa no próximo Quadro Financeiro Plurianual; do reforço da cooperação da UE com a NATO; da corrida armamentista promovida pela UE e a NATO; ou da escalada de tensão da NATO e da UE contra a Federação Russa.

NÃO AO MILITARISMO E À GUERRA!

PS, PSD e CDS estão perfeitamente alinhados no reforço da política militarista e belicista da UE, na estreita cooperação da UE com a NATO e com a persecução dos seus objectivos.



OS DEPUTADOS DO PCP no PE promoveram, com outras forças políticas do Grupo Confederal Esquerda Unitária Europeia / Esquerda Verde Nórdica (GUE/NGL), uma **conferência com movimentos e activistas contra a NATO e em defesa da Paz**, no âmbito da preparação Cimeira da NATO de Varsóvia, que contribuiu para o reforço da **unidade em defesa da Paz e do desarmamento e no combate à NATO, à guerra e à escalada militarista na UE**.

Os deputados do PCP no PE **defenderam a assinatura e ratificação pelos Estados-membros da UE do Tratado de Proibição das Armas Nucleares**, no âmbito das **Nações Unidas** e questionaram o Conselho sobre a posição da UE relativa a este Tratado. Face ao anúncio da saída dos EUA do **Tratado de Forças Nucleares de Alcance Intermédio**, os deputados do PCP no PE questionaram o Conselho da UE sobre a razão pela qual este não tomou medidas para aprofundar o debate e promover o desarmamento universal, simultâneo e controlo das armas nucleares, incluindo a ratificação do Tratado de Proibição de Armas Nucleares da ONU.

PELO FIM DAS ARMAS NUCLEARES!

De entre todos os Estados-Membros da UE apenas dois tomaram a iniciativa de assinar e ratificar o **Tratado das Nações Unidas de Proibição de Armas Nucleares**: a Áustria e a República da Irlanda.

Os deputados do PCP no PE por várias ocasiões procuraram, por sua iniciativa, levar a plenário um debate sobre esta temática, através da realização de perguntas com pedido de resposta oral com debate, subscritas por deputados do Grupo Confederal GUE/NGL mas também por deputados de outros grupos políticos. Propostas que foram sucessivamente chumbadas pela maioria no PE, avessa ao desarmamento nuclear e à paz.

REFUGIADOS E MIGRANTES – RESPEITAR OS DIREITOS HUMANOS!

OS DEPUTADOS DO PCP no PE denunciaram a criminosa resposta da UE à crise humanitária dos refugiados, que procuram refúgio em resultado das políticas de ingerência e guerras de agressão contra países do Médio Oriente e Norte de África, articuladas com os Estados Unidos da América e a NATO, favorecendo forças reaccionárias e opressivas, fomentando a desestabilização política de países que afrontam os interesses do imperialismo, alimentando conflitos, promovendo a guerra.

A **crise humanitária dos refugiados** e as medidas que a UE tem tomado para lhe dar resposta tem merecido da parte dos deputados do PCP no PE uma veemente condenação e um acompanhamento próximo no terreno, integrando diversas delegações, a Lampedusa (Itália), a Lesbos (Grécia), a Calais (França), aos Balcãs, ao Sudão ou a uma embarcação de busca, resgate e salvamento, o “Lifeline” – que permaneceu por uma semana ao largo de Malta, sem autorização de desembarque de 234 migrantes. Denunciaram as situações degradantes nos diferentes campos de refugiados na UE ou patrocinados pela UE em países terceiros, autênticos campos de detenção, onde em muitos dos quais os refugiados são sujeitos às mais desumanas condições e violências.

17918

Dezassete mil novecentos e dezoito, o número de mortos na passagem do Mar Mediterrâneo entre 2014 e 2018.

Os deputados do PCP no PE criticaram e rejeitaram o vergonhoso Acordo UE-Turquia e a intenção de alargar acordos deste tipo a todo o Norte de África, promovendo a “externalização de fronteiras”.

Os deputados do PCP no PE denunciaram o carácter selectivo, explorador e desumano da política de imigração da UE.

Os deputados do PCP no PE questionaram a Comissão Europeia sobre as medidas a adoptar para salvaguardar a vida dos milhares de pessoas que arriscam a travessia do Mediterrâneo em condições extremamente precárias.

Os deputados do PCP no PE defendem uma verdadeira política de solidariedade, que assegure vias seguras e legais para o acolhimento de refugiados, o combate ao tráfico ilegal de seres humanos, o efectivo combate às principais causas que levam a intensos fluxos migratórios: a guerra, a exploração e saque das riquezas dos povos, a pobreza.



DEFENDER DIREITOS E A SOBERANIA NACIONAL – REJEITAR A “EUROPA FORTALEZA”!

OS DEPUTADOS DO PCP no PE opuseram-se firmemente a iniciativas legislativas que prosseguem a deriva securitária da UE, consolidando uma “Europa Fortaleza” que faz tábua rasa dos mais basilares direitos e que desrespeita competências que estão no âmbito da soberania dos Estados.

Os deputados do PCP no PE **condenaram o reforço do conceito de “Europa Fortaleza”**, nomeadamente concretizado pela consolidação da FRONTEX e pela criação da Guarda Costeira e de Fronteiras Europeia e a sua crescente militarização e capacidade de intervenção, mesmo fora do território dos países da UE. Instrumentos de aprofundamento da visão federalista do projeto de integração capitalista da UE e da sua vertente securitária e militarista.

Os deputados do PCP no PE **denunciaram a hipocrisia da chamada “luta contra o terrorismo”** da UE – que omite as responsabilidades que tem nas suas origens e causas –, assim como as medidas que têm sido avançadas sob este expediente, de maior controlo dos cidadãos, de questionável alargamento do âmbito e definição de “terrorismo” para permitir alargar o âmbito de medidas que ferem direitos, liberdades e garantias dos cidadãos, a par da promoção de sentimentos xenófobos e racistas, acirrando estigmas e preconceitos sobre povos.

Os deputados do PCP no PE **opuseram-se às políticas securitárias e de controlo dos cidadãos**, nomeadamente na “*utilização de dados dos registos de identificação de passageiros (PNR)*”, ou do “*reforço dos controlos nas fronteiras externas por confronto com as bases de dados pertinentes*”, iniciativas que assentam na verificação e recolha de dados biométricos, criando perfis de cidadãos que são considerados suspeitos à partida.

COMBATER A EXTREMA-DIREITA E AS POLÍTICAS QUE A ALIMENTAM!

OS DEPUTADOS DO PCP no PE denunciaram as causas e o caldo em que se alimentam as forças de extrema-direita e fascistas na UE: as políticas da UE de intensificação da exploração e de empobrecimento, de ataque a direitos sociais; as políticas de ameaça, chantagem e sanção da UE contra a soberania dos Estados – como é o caso do procedimento disposto no Artigo 7.º do Tratado de Lisboa –, o sistemático desrespeito pela expressão da vontade soberana dos povos, veja-se a atitude da UE face aos referendos realizados na Grécia, que rejeitou a intervenção da troika, e no Reino Unido, que ditou a sua saída da UE.

As políticas de direita da UE, implementadas pela direita e social democracia, e o que defendem as forças mais reacionárias, não se distinguem nos seus objectivos fundamentais: **aumentar a exploração e a concentração da riqueza, nem que para tal seja necessário intensificar as medidas repressivas**, por forma a garantir a manutenção da ordem social iníqua do capitalismo.

Os deputados do PCP no PE **denunciaram o cinismo, a hipocrisia e a pretensa preocupação da UE ante o avanço da extrema-direita**. A mesma UE que diz condenar o fascismo é a que apoia as forças de cariz fascista na Ucrânia; que vive bem com a perseguição e repressão dos comunistas em Estados-membros da UE ou com a criminalização do ideal e projecto comunista e dos partidos comunistas; com a reescrita da história, nomeadamente da Segunda Guerra Mundial, procurando apagar o papel dos comunistas na derrota do nazi-fascismo.

Os deputados do PCP no PE afirmaram que o **firme combate às forças de extrema-direita e fascizantes** exige que não se branqueiem as causas e as políticas da UE que lhes abrem caminho.

EM DEFESA DOS DIREITOS E DA DEMOCRACIA!

No âmbito de uma resolução sobre o Estado de Direito e Democracia na Polónia, os deputados do PCP no PE apresentaram uma proposta que: **«Condena as medidas repressivas e os atos de perseguição política levados a cabo pelas autoridades polacas contra comunistas, antifascistas e outros democratas.»** A proposta foi rejeitada com os votos contra dos deputados do PSD e a maioria dos deputados do PS (o deputado do CDS não votou esta resolução).

DEFENDER A PAZ E A SOBERANIA! REFORÇAR A SOLIDARIEDADE INTERNACIONALISTA!

OS DEPUTADOS DO PCP no PE acompanharam os desenvolvimentos em torno da questão cipriota, incluindo o diálogo estabelecido em Genebra, defendendo o fim da ocupação militar turca de Chipre e o apoio à reunificação do seu povo, defendendo uma solução para este país definida pelos e para os cipriotas, de acordo com as resoluções da ONU.

Os deputados do PCP no PE mantiveram uma intervenção atenta à grave situação na **Ucrânia**, condenando e questionando as instituições da UE sobre o golpe de Estado de cariz fascista, as violações de direitos democráticos, a perseguição à população e o carácter fascista e ultranacionalista das forças que assumem o poder na Ucrânia, bem como sobre o apoio dado a estas pela UE. Condenaram a perseguição a forças democráticas na Ucrânia, como ao Partido Comunista Ucrainiano

OS DEPUTADOS DO PCP
NO PE QUESTIONARAM
AS INSTITUIÇÕES DA UE
SOBRE A SITUAÇÃO
NA LÍBIA, REAFIRMANDO
A CONDENAÇÃO
E DENUNCIANDO
A AGRESSÃO DA NATO
CONTRA A LÍBIA E O SEU
POVO E AS CONSEQUÊNCIAS
QUE DAÍ RESULTARAM.

(PCU) e o processo em curso com vista à sua ilegalização – tendo os deputados do PCP no PE se deslocado à Ucrânia a iniciativas do PCU. Rejeitaram o Acordo de Associação e da Zona de Comércio Livre, Abrangente e Aprofundada entre a UE e a Ucrânia.

Sobre a situação na **Palestina**, os deputados do PCP no PE questionaram e intervieram em defesa do inalienável direito do povo palestino a um Estado soberano, viável, independente, reconhecido nas fronteiras anteriores a 1967, com Jerusalém Oriental como capital, no respeito pelas resoluções da ONU, incluindo o respeito pelo direito ao retorno dos refugiados palestinos. Criticaram e denunciaram a política de expansão dos colonatos israelitas, bem como a violência que é exercida contra o povo palestino pelo exército israelita, exigiram a libertação dos milhares de prisioneiros políticos palestinos nas prisões israelitas, demonstrando a sua solidariedade com a luta do povo palestino, apresentando diversas perguntas à Comissão Europeia sobre o posicionamento da UE e exigindo a suspensão do acordo de associação UE-Israel.

Os deputados do PCP no PE fizeram perguntas e intervieram pelo fim da ocupação do **Sara Ocidental** pelo Reino de Marrocos e pelo respeito do direito inalienável do povo sarauí à autodeterminação, condenando a repressão pelas autoridades marroquinas da justa luta que o povo sarauí tem travado.

Os deputados do PCP no PE denunciaram e questionaram as instituições da UE sobre a situação na **Síria**, condenando a ingerência e a agressão contra a Síria e o seu povo que os EUA, a França, o Reino Unido, Israel, e os seus aliados, têm levado a cabo desde há 8 anos, com o apoio da NATO e da UE. Estas forças contribuíram para a criação, financiamento e armamento de grupos de mercenários terroristas que são responsáveis pela brutal violação de direitos humanos, pelos mais hediondos crimes, por milhões de deslocados e refugiados e pela destruição deste país. Os deputados do PCP no PE expressaram a solidariedade com a Síria e o seu povo e a sua luta contra a agressão e o terrorismo, em defesa da soberania, da independência e da integridade territorial da Síria e do direito do seu povo à Paz.

Os deputados do PCP no PE condenaram a agressão da Arábia Saudita, apoiada pelos EUA e seus aliados, contra o **Iémen**. Uma guerra que tem sido ocultada e que prossegue, agravando-se a cada dia os gravíssimos problemas humanitários que a agressão tem gerado e que atingem milhões de pessoas, na sua maioria crianças, mulheres e idosos. Questionaram as instituições da UE sobre o seu posicionamento face à situação neste país.

Os deputados do PCP no PE questionaram as instituições da UE sobre a situação na **Líbia**, reafirmando a condenação e denunciando a agressão da NATO contra a Líbia e o seu povo e as consequências que daí resultaram: a destruição do país, a sua instabilidade e fragmentação, o desrespeito dos direitos e a brutal degradação das condições de vida do seu povo, a violência e a desestabilização de toda a região. Reafirmaram o seu empenho na defesa da soberania, independência e integridade territorial da Líbia e do direito inalienável do seu povo a ter acesso e controlo sobre os recursos do seu país.

Os deputados do PCP no PE condenaram os ataques perpetrados por grupos terroristas em **África**, chamando a atenção que na base da criação e acção destes grupos está o papel levado a cabo pelas principais potências da UE e dos EUA em África. Defenderam a resolução pacífica para os conflitos na região e rejeitaram a utilização do conceito de «responsabilidade de proteger» como instrumento de

A SITUAÇÃO QUE SE VIVE NO BRASIL DEPOIS DO GOLPE LEVADO A CABO PELA DIREITA BRASILEIRA CONTRA A LEGÍTIMA PRESIDENTE ELEITA DILMA ROUSSEFF, O ASSASSINATO DE DIRIGENTES POLÍTICOS E LÍDERES SOCIAIS, A PRISÃO DE LULA DA SILVA, AS RECENTES ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS QUE DERAM A VITÓRIA À EXTREMA-DIREITA, MERECERAM TAMBÉM A ATENÇÃO DOS DEPUTADOS DO PCP NO PE QUE CONDENARAM E DENUNCIARAM NO PE OS ATAQUES À DEMOCRACIA E ÀS POLÍTICAS SOCIAIS.

ingerência que viola a Carta da ONU e o direito internacional. Exigiram que a UE respeite a soberania e independência dos Estados africanos e que apoie efectivamente o seu desenvolvimento, em vez do estabelecimento de zonas de comércio livre que beneficiam, antes demais, os grandes grupos económicos e financeiros dos países da UE. Os deputados do PCP no PE integraram uma delegação do Grupo Confederal GUE/NGL ao Sudão que permitiu aprofundar o conhecimento dos efeitos das políticas da UE naquele e noutros países de África.

Foram várias as iniciativas de âmbito parlamentar sobre a situação na **Venezuela**, em que os deputados do PCP no PE denunciaram a acção de ingerência e a ameaça de intervenção, a desestabilização e violência golpista, e o bloqueio económico e financeiro, levados a cabo pelos EUA e sectores da direita venezuelana e governos do Grupo de Lima, com a cumplicidade e apoio da UE, contra a Venezuela e o povo venezuelano. Afirmaram a defesa da soberania da Venezuela, o diálogo político, o respeito pelo direito internacional. Condenaram o posicionamento do Governo português, nomeadamente nos acontecimentos mais recentes, de seguidismo com a ingerência e a acção golpista, contrário à Constituição da República Portuguesa e aos interesses do País e do povo português, incluindo da comunidade portuguesa que trabalha e vive na Venezuela.

Os deputados do PCP no PE acompanharam a normalização das relações entre a UE e **Cuba** e o estabelecimento do Acordo de Diálogo e Cooperação assinado entre as duas partes, e continuaram a pugnar pelo fim da inaceitável Posição Comum da UE de 1996 contra Cuba. Promoveram activamente, em conjunto com outras forças que integram o Grupo Confederal GUE/NGL, a solidariedade com a luta do povo cubano pelo fim do bloqueio económico, financeiro e comercial imposto pelos EUA contra Cuba.

Os deputados do PCP no PE intervieram na valorização do Processo de Paz na **Colômbia**, defendendo a construção de uma Paz com justiça social, e alertaram para a necessidade imperativa do seu integral respeito e cumprimento, incluindo o fim da perseguição e do assassinato de activistas e dirigentes sociais e o desarmamento e o fim dos grupos paramilitares. Defenderam que os meios financeiros disponibilizados pela UE, no decurso deste processo, sejam colocados ao serviço do povo colombiano. Questionaram e denunciaram a violência levada a cabo contra estudantes, sindicalistas, indígenas, militantes e dirigentes de partidos e movimentos progressistas neste país.

A situação que se vive no **Brasil** depois do golpe levado a cabo pela direita brasileira contra a legítima Presidente eleita Dilma Rousseff, o assassinato de dirigentes políticos e líderes sociais, a prisão de Lula da Silva, as recentes eleições presidenciais que deram a vitória à extrema-direita, mereceram também a atenção dos deputados do PCP no PE que condenaram e denunciaram no PE os ataques à democracia e às políticas sociais.

Sublinha-se no campo da América Latina e das Caraíbas a acção e participação que os deputados do PCP no PE tiveram nas diferentes delegações (EUROLAT, Mercosul e Brasil) onde têm contribuído para a **aproximação e o diálogo entre forças progressistas e de esquerda** e para a tomada de posições comuns em matérias diversas de interesse comum. São de destacar igualmente as acções de solidariedade desenvolvidas quer em Portugal, quer no PE, com o envolvimento de movimentos de paz e de solidariedade portugueses e belgas e das representações diplomáticas de diferentes países da América Latina e Caraíbas.

No âmbito da delegação à Assembleia Parlamentar Paritária África, Caraíbas e Pacífico – UE, os deputados do PCP no PE defenderam que as políticas de cooperação e os apoios ao desenvolvimento – no respeito das estratégias de desenvolvimento desses países, da sua soberania e independência – deverão centrar-se no combate à pobreza, às desigualdades e injustiças sociais, promovendo investimentos nas infraestruturas, nas políticas de saúde e educação, na promoção de serviços públicos que respondam às necessidades das populações, na resposta aos riscos ambientais, no aumento das qualificações dos trabalhadores, no desenvolvimento sustentável dos sectores produtivos.

DEBATER, TROCAR EXPERIÊNCIAS E DEFINIR PROPOSTAS – OS SEMINÁRIOS E AUDIÇÕES PROMOVIDOS PELOS DEPUTADOS DO PCP NO PE



DEBATER, TROCAR EXPERIÊNCIAS E DEFINIR PROPOSTAS

– OS SEMINÁRIOS E AUDIÇÕES REALIZADOS PELOS DEPUTADOS DO PCP NO PE

SEMINÁRIOS REALIZADOS EM PORTUGAL

- › **Direitos dos trabalhadores e contratação colectiva**, Setúbal
- › **O Euro e a União Económica e Monetária, estrangulamentos e rupturas**, Lisboa
- › **Sectores Estratégicos, Mercado Comum e Soberania Nacional – um olhar desde o Sector dos Transportes**, Porto
- › **A União Bancária – um passo mais na integração capitalista europeia**, Lisboa
- › **A crise na e da União Europeia – da crise económica, aos refugiados e ao terrorismo**, Lisboa
- › **O Euro e a União Económica e Monetária – defender a soberania e o desenvolvimento económico e social**, Porto
- › **Prostituição: uma grave forma de violência e exploração**, Lisboa
- › **Para onde vai a Europa?**, Lisboa
- › **Direitos, Soberania, Cooperação, Paz. Uma Europa dos Trabalhadores e dos Povos**, Lisboa

AUDIÇÕES REALIZADAS EM PORTUGAL

- › O potencial da investigação, inovação e criação de empregos na economia do mar, Peniche
- › Sector leiteiro, Póvoa do Varzim
- › Sector da vinha, Viseu
- › A importância da apicultura no quadro de uma nova política de desenvolvimento rural, Avis
- › Agricultura biológica, Coimbra
- › Motoristas de pesados de passageiros e pesados de mercadorias, Lisboa
- › Produção de azeite em Portugal, Mirandela
- › Produtores de queijo da serra, Gouveia
- › O Algarve e a produção biológica: constrangimentos e soluções, Faro
- › Defender e valorizar as raças autóctones, Vila Real
- › Uma nova política cerealífera em Portugal, Beja
- › Associações de imigrantes, Barreiro
- › A dívida, o euro e a crise: causas e saídas para um Portugal com futuro, Covilhã
- › A dívida, o euro e a crise: causas e saídas para um Portugal com futuro, Aveiro
- › A dívida, o euro e a crise: causas e saídas para um Portugal com futuro, Lisboa
- › A PAC e os instrumentos financeiros, Lisboa
- › Em defesa dos serviços públicos, Faro
- › Trabalhadores do sector têxtil, Aveiro
- › Florestas, Viseu
- › Pobreza Infantil, Lisboa
- › Transportes marítimos e aéreos, Madeira

SEMINÁRIOS E CONFERÊNCIAS REALIZADAS NO PARLAMENTO EUROPEU

- › Relançamento da Directiva do tempo de trabalho, um novo atentado contra os direitos dos trabalhadores
- › Comemorando os 70 anos da Vitória sobre o Nazi-fascismo – Unidade na luta pela paz e contra o fascismo e a guerra
- › Dívidas periféricas: causas, consequências e soluções
- › Recuperar os Direitos de Licença Parental na União Europeia
- › Há uma alternativa - Não à NATO!
- › Defesa e Proteção das Pescas de Pequena-Escala, Artesanais e Costeiras
- › Os “documentos do Panamá”, um ano depois: combater o branqueamento de capitais e a evasão e elisão fiscais numa perspetiva de esquerda
- › Fim do Bloqueio a Cuba
- › Sobre o Tratado de Proibição das Armas Nucleares
- › Sobre o Acordo de Livre Comércio UE/MERCOSUL
- › Descanse em paz, Lehman Brothers! Aprendemos alguma coisa?
- › Pelo Fim do Bloqueio a Cuba

A CONVITE DOS DEPUTADOS DO PCP – MAIS DE 1500 VISITANTES DESLOCARAM-SE AO PARLAMENTO EUROPEU

GRUPOS DE VISITANTES 2014/2019

2014

- › Representantes de trabalhadores do sector automóvel, Moita
- › Representantes de Instituições Particulares de Solidariedade Social, Porto
- › Agricultores de Trás-os-Montes, Beira Litoral e Beira Interior

2015

- › Estudantes, professores e funcionários do Ensino Superior de Tomar e Portimão
- › Estudantes, professores e funcionários da Escola Secundária D. Dinis, Lisboa
- › União dos Resistentes e Antifascistas Portugueses
- › Agricultores e vitivinicultores do Minho, Alto Minho, Beiras e Douro
- › Universidade Sénior de Penamacor
- › Grupo de trabalhadores e reformados de Coimbra

2016

- › Estudantes, professores e funcionários da Escola Secundária Camilo Castelo Branco, Vila Real
- › Estudantes, professores e funcionários do Instituto Politécnico de Rio Maior
- › Estudantes, professores e funcionários da Faculdade de Economia da Universidade de Aveiro
- › Agricultores de Viana do Castelo, Ponte de Lima, Guimarães
- › Trabalhadores do montado de Portalegre, Évora e Beja
- › Estudantes, professores e funcionários de Escolas de Lamego e Vidigueira

2017

- › Formandos do CENFIM de Santarém e de trabalhadores estudantes CEFA da Secundária Amora, Seixal
- › Trabalhadores do Porto e membros do Orfeão de São Pedro da Cova
- › Representantes de 27 entidades, associações e colectividades do Sobral de Monte Agraço
- › Estudantes, professores e funcionários de 17 escolas secundárias e do IGOT
- › Estruturas sócio-profissionais de militares
- › Trabalhadores de associações de produtores de ovos moles de Aveiro e Grupo Polifónico de Aveiro

2018

- › Estudantes e professores da Escola Secundária de Arouca
- › Agricultores de Vila Real, Aveiro, Coimbra
- › Estudantes e professores da Escola Profissional de Cuba e da Escola Profissional de Valença do Minho
- › Trabalhadores da cultura, Lisboa
- › Trabalhadores e reformados do sector dos transportes de Lisboa
- › Trabalhadores e sindicalistas dos Açores

2019

- › Trabalhadores-estudantes do ISMAT, Portimão
- › Estudantes e professores da Faculdade de Economia da Universidade de Aveiro
- › Trabalhadores e encarregados de educação da IPSS de Carnide

PARLAMENTO EUROPEU
PCP – DELEGACÃO PORTUGUESA
/GRUPO CONFEDERAL GUE/NGL
Rue Wiertz, PHS 5 C 67, 1047 Bruxelles
BÉLGICA
TELEFONE 0032 2 284 74 65

TELEFONE DE BRUXELAS 0032 2 284 31 47
E-MAIL joao.ferreira@europarl.europa.eu
E-MAIL miguel.viegas@europarl.europa.eu
E-MAIL joao.pimentalopes@europarl.europa.eu
Durante as sessões plenárias em Estrasburgo:
TELEFONE 0033 3 88 17 74 65

CONTACTOS
DEPUTADOS DO PCP
NO PARLAMENTO EUROPEU
Rua Soeiro Pereira Gomes nº 1A
1600-196 Lisboa
E-MAIL p.europeu.lx@pcp.pt